

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

DIVINO ALEX ROCHA DE DEUS

**CIDADE DE PONTES E LACERDA:
UM ESPAÇO DE SENTIDOS EM TRÂNSITO**

**Cáceres - MT
2012**

DIVINO ALEX ROCHA DE DEUS

**CIDADE DE PONTES E LACERDA:
UM ESPAÇO DE SENTIDOS EM TRÂNSITO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da professora Dra. Eliana de Almeida

**Cáceres - MT
2012**

© by Divino Alex Rocha de Deus, 2012.

Rocha de Deus, Divino Alex.

Cidade de Pontes e Lacerda: um espaço de sentidos em trânsito./Divino Alex Rocha de Deus. Cáceres/MT: UNEMAT, 2012.
90f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2012.
Orientadora: Eliana de Almeida

1. Análise de discurso. 2. Cidade de Pontes e Lacerda. 3. Invenção de sentidos. 4. Espaço. 5. Sujeito. 6. Imaginário. 7. Identidade. I. Título.

CDU: 81'42(817.2)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

DIVINO ALEX ROCHA DE DEUS

**CIDADE DE PONTES E LACERDA:
UM ESPAÇO DE SENTIDO EM TRÂNSITO**

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Eliana de Almeida. (Orientadora – PPGL/UNEMAT)

Dr^a. Olímpia Maluf Souza (Membro – PPGL/UNEMAT)

Dr^a. Suzy Maria Lagazzi (Membro – IEL/UNICAMP)

APROVADA EM: __/____/_____

DEDICATÓRIA

Para meus pais, Joaquim Caetano de Deus e Creuza Rocha de Deus, que tanto me apoiaram e contribuíram para meu processo de formação e me ensinaram a viver de um modo singular;

Para meus irmãos, Marcelo Rocha de Deus e Francielly Rocha de Deus, pela fraternidade e companheirismo;

Para meu grande amigo e companheiro Rogério Martins, que vivenciou muitos momentos do meu percurso pela trilha do caminho da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte de minha vida e serenidade de espírito;

À minha orientadora, Eliana de Almeida, que acreditou e motivou-me a trilhar pelos caminhos do conhecimento. Sua postura de pesquisadora em linguagem produziu condições teóricas e epistemológicas para meu ingresso ao campo científico;

À professora Dr^a. Suzy Maria Lagazzi (Unicamp) pelas riquíssimas contribuições que muito fortaleceram nossas reflexões neste trabalho, contribuições que se constituíram tanto por meio da temporada de intercâmbio Unemat/Unicamp como nas orientações apontadas pela professora durante o processo de qualificação e defesa desta dissertação.

À professora Dr^a. Olímpia Maluf Souza pelo modo como suas compreensões em Análise de Discurso constituíram a possibilidade de verticalizar ainda mais meus estudos nesta área de saber e agradeço também pelas produtivas contribuições dadas na qualificação e defesa desta pesquisa.

Aos demais professores do Programa de Mestrado, pelas discussões que deram condições epistemológicas para desenvolvimento do trabalho de dissertação;

À CAPES pela bolsa concedida;

À minha família, pelo total apoio e ternura, por compartilhar de meus sonhos e compreender minhas ausências e anseios;

À Rogério Martins, amigo estimável, interlocutor de ideias, Fernando Jesus da Silva que somou conhecimentos, e aos demais colegas de mestrado que dividiram anseios e multiplicaram momentos de fraternização e companheirismo;

Aos meus amigos de longa jornada, àqueles que souberam compreender minha dedicação e motivaram a seguir determinado nesse empreendimento na Pós-graduação;

Aos demais que de uma forma direta e/ou indireta possibilitaram a realização desse trabalho de pesquisa.

“A análise de discurso não tem nenhuma vocação particular em dar um fim a essa interminável série de conflitos. Para ela, é suficiente colocar suas próprias problemáticas e procedimentos: a questão crucial é construir interpretações sem jamais neutralizá-las nem no “não importa-o-quê” de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal.”

(Pêcheux 2011: 294)

RESUMO

Neste trabalho buscamos compreender os modos pelos quais *Pontes e Lacerda*, significa e é significada enquanto cidade situada no extremo oeste brasileiro, faixa de fronteira Brasil/Bolívia. Assim, filiamos-nos à análise de discurso materialista (Pêcheux 1969; 1975, na França; Orlandi 2002; 1996, no Brasil), teoria que nos permite compreender como o imaginário produz sentidos em relação ao real da cidade, tomando como recorte *Pontes e Lacerda* enquanto espaço simbólico, enquanto espaço de interpretação.

Tomar *Pontes e Lacerda* como questão discursiva demanda desnaturalizar sentidos que engessam o modo de ver e dizer sujeito/espaço/sentido no Oeste mato-grossense. Dessa forma, iniciamos nosso trabalho com uma discussão sobre a historicidade em torno da questão da cidade, procurando também definir nosso lugar de escuta de sentidos.

Nossa entrada analítica inside sobre a questão do nome *Pontes e Lacerda*, pela qual procuramos dar visibilidade ao modo como o discurso sobre o nome produz sentidos para um imaginário projetado pelo Estado, recortando para essa discursividade uma memória de urbanização e pelo mesmo gesto, interdita sentidos outros, o que instaura uma *invenção* fundante para a cidade. Como contraponto, analisamos a circulação do nome *Pontes e Lacerda* no filme *Os Matadores* (1997), dirigido por Renato Bulcão e Beto Brant. Buscamos ultrapassar a organização de sentidos pelo confronto com o modo como *Pontes e Lacerda* está significada nesse filme, onde, por meio da especificidade material cinematográfica inscreve-se enquanto ficção, pondo em circulação o nome *Pontes e Lacerda*, ao mobilizar sentidos outros para a cidade pelo imaginário de (des)ordem silenciado e gerido pelo Estado.

Posteriormente buscamos observar o modo como o Estado trabalha a espacialização da linguagem em *Pontes e Lacerda* e com isso estabelecemos um confronto da materialização da linguagem na cidade com os discursos sobre esse espaço. Assim, analisamos os efeitos de sentidos da nomeação de ruas e avenidas com nomes de estados brasileiros e o gesto do legislativo em que propõe a renomeação de tais ruas em forma de leis. Nessa análise, percebemos que os nomes atribuídos ao espaço urbano são determinados por uma história de políticas de ocupação e, para além de um efeito administrativo e localizador, é uma *invenção* de sentidos para significar o estar/ser do Brasil pelo modo como os nomes de ruas e avenidas se materializam. Ainda na investigação sobre a espacialização de sentidos analisamos como o discurso da felicidade tem sido um modo do Estado dizer e materializar um sujeito ideal pontes-lacerdense e ao dizê-lo apaga a relação histórica desse sujeito.

No último capítulo, debruçamo-nos em compreender o modo como o discurso do/para o turismo no urbano reinventa a cidade. Para essa leitura analisamos dois modos pelos quais *Pontes e Lacerda* tem sido divulgada na atualidade: um, pelo discurso sobre a natureza e outro, pelo discurso sobre a festa de peão.

Os gestos de escuta de sentidos depreendidos neste trabalho nos possibilita compreender a incessante necessidade do Estado dizer sobre espaço/sujeito/sentido e problematizar a produção de sentidos/identidade para a cidade *Pontes e Lacerda*.

Palavras-chave: 1. Análise de Discurso; 2. Cidade de Pontes e Lacerda; 3. Invenção de sentidos; 4. Espaço; 5. Sujeito; 6. Imaginário e 7. Identidade.

Abstract

In this work we intend to understand the ways which Pontes e Lacerda means and is meant as a city located in the Brazilian extreme west, border between Brazil/Bolivia. Then, we are affiliated to the materialist discourse analysis (Pêcheux 1969; 1975, France; Orlandi 2002; 1996, Brazil), theory that permits to understand how the imaginary produce meanings in relation to the real of the city through *Pontes e Lacerda* as symbolic place and interpretation space.

To take *Pontes e Lacerda* as a discursive question demands denaturalize meanings that plaster the way to see and say subject/space/meaning in the mato-grossense west. By this way, we began our work with a discussion about the historicity around the city question, to define our place of meaning hearing action as well.

Our analytic entry consists by the question of the name *Pontes e Lacerda*, which we searched to give visibility to the way the discourse on the name produce meanings to an imaginary projected by the State through a memory of urbanization and by the same gesture, interdict other meanings, which establishes in *invention* founding to the city. As counterpoint, we analyze the circulation of the name *Pontes e Lacerda* in the movie *The killers* (1997) directed by Renato Bulcão and Beto Brant. We tried to exceed the organization of meanings by the confront which the way Pontes e Lacerda is meant in this movie, where, by the film material specificity falls as fiction, creating a space of circulation of the name Pontes e Lacerda, to mobilize other meanings to the city by the imaginary of (dis)order silenced and managed by the State.

After, we observed the way how the State works the language space working in Pontes e Lacerda and by this we establish confront of the language materialization in the city with the discourses about this space. So, we analyze the meaning effects of the name of the streets and avenues with name of Brazilian states and the legislative gesture which proposes the renaming of such streets in form of laws. In this analyze, we realized that the names attributed to the urban space are determined by a history of politics of occupation, and are above of only administrative effect and locator, because it is an *invention* of meanings to mean to be/belong to Brazil by the the way the names of streets and avenues materialize themselves. Also on investigation about the space working of meanings, we analyze how the discourse of happiness has been the way of the State to say and materialize an ideal subject pontes-lacerdense by the deletion of the historic relation of this subject.

In the last chapter, we intended to understand the way how the discourse of/to the tourism in the urban reinvents the city. For this reading we analyzed two ways which *Pontes e Lacerda* has been shown nowadays: one, by the nature discourse and another by country party discourse.

The hearing gestures deduced in this work enables to understand the incessant necessity of the State to say about the space/subject/meaning and to problematize the production of meanings/identity to Pontes e Lacerda city.

Key words: 1. Discourse analyze; 2. Pontes e Lacerda city; 3. Invention of meanings. 4. Space; 5. Subject; 6. Imaginary and 7. Identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
I. PONTES E LACERDA: ESPAÇO DE SENTIDOS	
1.1 Cidade em questão: por uma via do discurso.....	7
1.2 Noção invenção: da História para via do discurso.....	17
II – CIDADE, MEMÓRIA, INVENÇÃO E INTERDIÇÃO DE SENTIDOS	
2.1 O discurso sobre o nome Pontes e Lacerda na invenção e interdição de imaginários para a cidade	22
2.2 Um contraponto: imaginário sobre Pontes e Lacerda no Cinema - efeitos de sentidos em <i>Os Matadores</i> (1997).....	31
III – GESTOS DE TERRITORIALIDADES: A ESPACIALIZAÇÃO DA LINGUAGEM EM <i>PONTES E LACERDA</i>	
3.1 Territorialidade em trânsito: sentidos pelas vias da cidade.....	35
3.2 A espacialização do discurso da felicidade na cidade.....	40
IV A CIDADE PARA/PELO TURISMO	
4.1 <i>Pontes e Lacerda</i> pelo discurso ecológico-turístico: reinvenção da cidade?.....	50
4.1.2 A cidade em fôlderes: Pontes e Lacerda para o turismo.....	59
4.2 Invenção de uma tradição: a discursivização sobre a festa de peão.....	61
V CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
VI REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

A circulação de pôsteres, banners, documentários, entres outros materiais com dizeres sobre *Pontes e Lacerda*, cidade situada no extremo oeste de Mato Grosso, nos deixou inquietos e nos fez suscitar questões a respeito dos processos de produção de sentidos postos em circulação, o que nos levou a reflexão sobre práticas discursivas que tocam a questão da significação de sujeito/sentido/espaco na/da cidade.

Ao direcionar nosso olhar para o funcionamento da significação para/da cidade, fomos levados a perceber que discursividades que dizem do espaco, do habitante, da cultura, dos acontecimentos cotidianos, falam de algum modo da vida na cidade. Toda essa plasticidade material aponta-nos que a questão da cidade está posta em diversas práticas de linguagem. Aponta também que, embora nos pareça evidente ver e sentir a cidade no dia-a-dia, pensar o processo de produção de sentidos da/sobre a cidade por um viés discursivo é lidar com uma relação complexa, nem sempre visível. Cientes dos desafios, e não menos encorajados, convidamos para o empreendimento de gestos de leitura e compreensão de um estado de produção de sentidos para *Pontes e Lacerda*. Afinal, como se constituem sentidos de/para cidade no Oeste de Mato Grosso?

Nosso lugar de compreender a cidade é pela linguagem e vale aqui ressaltar que existem diferentes campos epistemológicos que pensam a linguagem. Diante do que propomos compreender – a significação sobre/da cidade – enquanto objeto de reflexão, tomamos os pressupostos teóricos da Análise de Discurso teoria materialista (Pêcheux 1969; 1975 na França; Orlandi 1996; [1990] 2009; no Brasil), pela qual a transparência da linguagem é questionada, perguntando sempre pela historicidade, pelo simbólico e o político que constituem os sentidos.

Entre um dizer e outro estabelecemos nosso lugar de escuta e problematizamos a aparente estabilidade de sentidos para sujeito/espaco/sentidos que circunscrevem *Pontes e Lacerda*. No movimento de sentidos aqui e acolá, a caminhada passou a ser um desafio instigante. Nessa caminhada fomos levados a perceber que dizeres ecoam pelas vias urbanas e nos fazem olhar para os espacos citadinos de modos diferentes. A cidade da fala cotidiana não coincide com a cidade da palavra escrita. Formulações se materializam, transitam pela cidade e espacializam nos lugares públicos. Modos diferentes de ler/interpretar a cidade se entrecruzam e constituem um campo de embate de sentidos sobre *Pontes e Lacerda*.

Diferente do que se espera, os sentidos não se fixam, não os encontramos alocados sempre no mesmo lugar. Não estão estacionados, estabilizados nos espaços (de dizer) da cidade. Os sentidos não param, estão em trânsito, movimentam para diferentes espaços de dizer, em diferentes momentos sócio-históricos da região que se marca pela questão da fronteira Brasil/Bolívia e se constitui por processos de movências de territorialidades. O que há sobre *Pontes e Lacerda* são versões, invenções de sentidos para uma recente cidade (29 anos de emancipação político-administrativa) que se almeja e necessita dizer e se significar enquanto espaço de sentidos.

Nosso percurso pela cidade começou ainda na graduação. Em 2009¹, já pego pela inquietação no tocante às discursividades sobre *Pontes e Lacerda*, um primeiro olhar analítico à questão da circulação de sentidos culminou num trabalho de monografia pelo qual pudemos perceber, via Análise de Discurso, um movimento de sentidos que projetou uma história para a cidade a partir da discursivização sobre um antigo Posto Telegráfico construído no início do século XX, pela comissão Rondon. Nosso trabalho acadêmico possibilitou uma leitura do acontecimento discursivo, compreendemo-lo como *invenção*² de sentidos para uma versão da história para *Pontes e Lacerda*. A compreensão apreendida naquele trabalho nos respondeu às perguntas suscitadas, e pelo mesmo feito, nos deixou uma abertura para novas questões no tocante à significação da cidade.

Agora, seja como percurso, seja como condição de um processo de leitura, nosso anseio é compreender o funcionamento discursivo que joga com o fazer ver e o poder dizer sobre o espaço, sobre o sujeito enquanto modos de dizer a cidade nas condições de produção que circunscrevem *Pontes e Lacerda*. Entre os sentidos de conflito e da ocupação do extremo oeste do Brasil; da urbanização como progresso do país; dos imaginários fronteiriços; das políticas de intervenção do Estado; da cidade/campo para turismo; do rural na cidade como invenção de uma tradição – aparecem falhas no ritual do dizer e fazer visíveis sentidos à cidade. É pelas falhas, pela contradição (constitutiva), pelo gesto de invenção e interpretação da cidade, pelo trabalho de administração e domesticação de sentidos que constituímos nosso caminho de leitura para compreensão da emergente necessidade em dar *dizibilidade* e *visibilidade* a uma cidade mato-grossense como *Pontes e Lacerda*.

Neste estudo não propomos contar uma história para/da cidade, pois pressuporia um trabalho cronológico, nos colocaria a evidenciar fatos e silenciar outros. Nem vamos olhar para a cidade geograficamente, nem pensá-la pela perspectiva urbana. Vamos pensar a cidade

¹ Disponível em http://www.unemat.br/revistas/fronteiradigital/docs/revista/fronteira_digital_n1_2010.pdf

² Falaremos da nossa de invenção no final deste capítulo.

enquanto espaço que reclama sentidos, portanto, espaço de interpretação. Nosso objeto de estudo é a cidade de *Pontes e Lacerda* dita em linguagens, discursivizada em diferentes materialidades, como jornais, revistas, livros de cunho didáticos, arte cinematográfica, nomeações urbanas, materiais de divulgação como pôsteres, banners e vídeos institucionais. Com recortes específicos, procuramos confrontar os modos de organizar sentidos para a cidade frente a outras possibilidades de falar do espaço/sujeito/sentidos, buscando compreender um estado de produção de sentidos para *Pontes e Lacerda*.

I PONTES E LACERDA – ESPAÇO DE SENTIDOS

Procurando colocar em suspenso qualquer gesto de leitura dado *a priori*, buscamos estabelecer uma forma de escuta de sentidos a partir do confronto entre diversas práticas discursivas e fatos de linguagem que produzem/inventam sentidos aos quais se circunscrevem a cidade enquanto discursividades. Dessas discursividades destacamos: o nome *Pontes e Lacerda*; a circulação desse nome no cinema, especificamente no filme *Os Matadores* (1997), dirigido por Renato Bulcão e Beto Brant; a materialização de sentidos pela nomeação de ruas e avenidas da cidade com nomes de estados brasileiros; a espacialização da linguagem pelo gesto de nomeação de vias públicas e pela discursivização sobre a *felicidade*; a invenção da cidade para o turismo pelo discurso ecológico e pela invenção de uma tradição cultural com a festa de rodeio local.

Nossos gestos de leitura buscam compreender processos de constituição de sentidos para sujeitos/espaço/sentidos em *Pontes e Lacerda* e, com isso, compreender um estado de produção de sentidos que determinam a significação da cidade no oeste Mato-grossense. Para nós, tomar a cidade de *Pontes e Lacerda* como espaço de interpretação não é trivial, pois, pensar em sentidos para a cidade coloca em questão seus processos de urbanização, considerando aí percursos e condições diferentes para o surgimento de cidades em todo vasto território brasileiro.

Uma questão marcante nas formações das cidades do oeste mato-grossense é a intervenção do Estado para ocupação dos espaços fronteiriços. E, pelo modo como a fronteira passa ser politicamente pensada no Brasil, o funcionamento ideológico de ocupação como posse marca a formação das cidades do oeste de Mato Grosso. A região que atualmente circunscreve *Pontes e Lacerda* é proveniente de uma territorialidade de fronteira entre Brasil e Bolívia, a qual já foi alvo de disputa entre os portugueses e espanhóis, no período colonial. Ainda em domínio da coroa portuguesa, a fim de assegurar o território fronteiriço frente à colônia espanhola, foi fundada a capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, numa região estratégica, às margens do rio Guaporé, em meados do século XVIII. Portanto, cidade fundada como sede administrativa, planejada para instalação do estafe da capitania de Mato Grosso. Para fomentar a ocupação dessas terras e da então capital foram oferecidos incentivos que facilitariam sua ocupação. Posteriormente, as dificuldades advindas da distância de outros centros urbanos e a falta de infra-estrutura provocaram a transferência da capital para Cuiabá.

Como um movimento circular, novamente, no século XX, o desejo de urbanizar a região oeste é determinada pela intervenção do Estado, que, sob o mote de povoar a região de fronteira do Brasil, formula e executa estratégias para incentivar a migração. Nos anos 40, instaura-se o movimento *Marcha para Oeste*, cujo efeito de ocupação pouco atinge a faixa de fronteira Brasil//Bolívia. Mas, nos anos 70, a ideia é retomada pelo viés do movimento *Integrar para não entregar* que fez chegar um número considerável de migrantes a *Pontes e Lacerda*.

O movimento migratório para a região ganhou forças mais acentuada a partir das políticas governamentais que se efetuaram pelos discursos sobre ofertas de terras ‘férteis devolutas’, somadas aos discursos sobre as riquezas naturais, que promoveram a extração de mineiros, principalmente do ouro. A partir disso, o território de Pontes e Lacerda, que até então se constituía como distrito da primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, foi emancipado e passa a ter *status* de município, no início dos anos 80.

Posteriormente, a extração de madeira continuou alimentando o deslocamento de pessoas de vários estados para o extremo oeste do país. Instalaram-se várias indústrias madeireiras, fomentando assim, o crescimento da localidade dando-lhe a configuração de um novo espaço urbano. A implantação da rodovia asfaltada possibilitou o acesso mais rápido até Cuiabá e contribuiu fortemente para o processo de migração neste espaço. Nos discursos institucionais (do Estado), a região ganhava visibilidade pela chegada do ‘progresso’, do crescimento populacional e pelo potencial econômico.

Por outro lado, as discursividades sobre as terras e sobre as riquezas da região, ao mesmo tempo alimentavam o desejo de posse de terras aos novos migrantes como também fomentavam aos habitantes a tornar-se proprietário de grande quantidade de terras. Deu-se então que, para proteger a posse conquistada, os habitantes contratavam homens fortemente armados. E a partir disso, em torno da questão da terra, instalou certo ‘coronelismo’, muitos fazendeiros passaram a ‘exercer controle’ sobre a região. As disputas pelas terras e por toda riqueza anunciada culminaram em muitas mortes. Assim, o crescimento populacional de *Pontes e Lacerda* foi acompanhado por um grande índice de violência e conflitos agrários.

Diante das condições históricas que constituíram o movimento de urbanização na região, o migrante³ – marcado por práticas discursivas que trazem como referência relações outras com o espaço e tomado por outra instância de urbanização – fez produzir discursividades e naturalizar sentidos *pejorativos* ao espaço que atualmente contempla a

³ Orlandi 2003:102 – “Discursivamente, o que caracteriza o sujeito migrante é o movimento nos planos sentidos, isto é, de seus objetos no discurso, em função da mudança das condições de produção do seu discurso”.

cidade de *Pontes e Lacerda*. Em direção contrária ao discurso do crescimento e do ‘progresso’ projetado pelo Estado, a região passou a ser significada como ‘o sertão longínquo subdesenvolvido’, ‘terra-sem-lei’, ‘terra de ninguém’, ‘velho-oeste-brasileiro’ ou ‘lugar de desmatamento’.

Com as instalações das instituições de segurança pública, de ensino, de controle ambiental, enfim, com a institucionalização do administrativo-urbano, as políticas públicas, constituídas pela relação município/Estado/Nação, possibilitam e/ou provocaram outros funcionamentos para *Pontes e Lacerda*. A extração de madeira para exportação, por exemplo, deixou de ser o foco econômico. Vale dizer que até os anos 80 e 90, as madeiras se mantiveram como responsáveis por boa parte da economia do município. A exploração do ouro e o uso da terra para atividades primárias foram colocados em questão. Isso implica dizer que necessitava continuar a movimentar a economia, a ocupar e a dividir o espaço, a delimitar posse, etc., mas já não se podia fazer de qualquer modo. Aí os poderes legislativo, executivo e judiciário se dão enquanto normatividade para a região, intervindo no modo de organização e funcionamento da cidade de acordo com as políticas do Estado.

Nessa conjuntura sócio-histórica e econômica que constitui *Pontes e Lacerda*, questionamos a aparente estabilidade dos sentidos, trabalhada pelas instituições, pelos aparelhos de poder que, em uma sociedade como a nossa, administram a interpretação sobre o espaço político-simbólico que é a cidade. Isto implica ultrapassar o nível da organização, ao problematizar a produção de sentidos sobre sujeito/espaço que circunscreve a cidade, dando visibilidade à questão da interpretação e ao trabalho sobre a interpretação nos modos de dizer e fazer ver a cidade. Assim, pensando a cidade como espaço de interpretação, fundamentamos em um dos pontos primordiais para Análise de Discurso:

Ao se dizer, se interpreta – e a interpretação tem sua espessura, sua materialidade – mas se nega, no entanto, a interpretação e suas condições no momento mesmo em que ela se dá e se tem a impressão do sentido que se “reconhece” já lá. A significação é no entanto um movimento contínuo, determinado pela materialidade da língua e da história. (ORLANDI 1996, p. 30).

Ao reconhecer o apagamento do gesto da interpretação como próprio do funcionamento na significação, configura-se a posição do trabalho analista: o de, a partir de um dispositivo analítico, compreender o gesto de interpretação, compreender sua espessura, a palavra encarnada, revestida de materialidade, com sua historicidade. Há de se observar que o

trabalho do analista é um gesto de leitura, e distingue-se da interpretação linguageira pela condição de apropriação de um dispositivo analítico e teórico. No entremeio (visto que não há como estar fora do funcionamento da ideologia), o analista tem a possibilidade da escuta dos sentidos, de perceber leituras possíveis, de desnaturar sentidos, de expor a falha e o equívoco. Desse modo, o analista faz compreender como um objeto simbólico produz sentidos, como (se) significa.

A cidade reclama sentidos, pois é um espaço de interpretação, portando (falamos de) um espaço simbólico. Propomos então, compreender os efeitos de sentidos para a cidade de *Pontes e Lacerda* a partir dos procedimentos analíticos da Análise do Discurso.

1.1 Cidade em questão: por uma via do discurso

A emergência empreendida pelo político-administrativo, em produzir dizeres sobre o espaço, o morador, a cultura, a vida na cidade, parece-nos, pelo que a Análise de Discurso possibilita entender, como sintoma de um estado de produção de sentidos em movimento e/ou de movimento pelos sentidos para sujeito/espaço que circunscrevem a cidade. Como estes sentidos estão materializados? Para quem e para que esses dizeres? Que práticas discursivas são essas? São práticas identitárias para sujeito/espaço pontes-lacerdenses? Como o político-simbólico intervém na produção de sentidos para cidade? Perguntas como estas nos evocam a olhar para discursividades que falam sobre questões da cidade/ território/territorialidade e nos move para realização dessa pesquisa como oportunidade de escuta dos sentidos postos em circulação sobre *Pontes e Lacerda*, buscando compreender um estado de significação de uma cidade mato-grossense em suas condições de produção.

Entendemos, dessa forma, que as questões que tangem nosso trabalho constituem-se a partir de como a interpretação é compreendida pela Análise de Discurso, disciplina esta fundada por Michel Pêcheux que não é, de forma alguma, a busca de uma verdade, mas um gesto de leitura sobre o modo como os sentidos se produzem/são produzidos, assim como aponta o autor precursor em umas de suas discussões sobre os propósitos dessa área de conhecimento:

A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir

procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro). (PÊCHEUX 2011, p. 291)

Este posicionamento de Pêcheux, constituído a partir da década de 60, abre para um novo campo de reflexões e ecoa muito forte com o momento em que se buscava problematizar a leitura. No campo das ciências, o precursor teórico da Análise de Discurso passou a questionar àquilo que entra como pressuposto nas ciências, o não formulado. Em outras palavras, o autor apontava para um saber-comum, o já produzido sócio-historicamente que sem questionamentos entra nas teorias científicas como se fosse da ordem empírica. Com essa perspicácia epistemológica, Pêcheux questiona o “dado” colocando-o fora da ordem da empiria, pois para ele, o “dado” já se constitui um recorte, quando uma ciência o toma como objeto de estudo. O deslocamento formulado por Pêcheux parte do materialismo histórico, pelo qual permitiu perceber que aquilo que se pensa como ciência não está no ‘indivíduo’ que diz: é uma produção histórica. Desse modo, o autor é levado a dizer que só é possível mudar de “terreno” a partir de novas perguntas. (PÊCHEUX, 2010).

No tocante a interpretação, a mudança de terreno, proposta por Pêcheux, faz com que se deixe de procurar o que significa uma parte do texto para um novo empreendimento: compreender as regras que tornam possíveis qualquer parte. Como condição teórica para formulação dessa perspectiva é inegável a contribuição de Saussure, uma vez que este linguista rompeu com a forma de conceber a língua enquanto função para pensá-la enquanto sistema. Assim, Saussure concebe a língua como um sistema homogêneo e autônomo e toma a língua como objeto de estudo enquanto sistema, cujo funcionamento passa ser concebido pelas relações internas. Tendo como condição epistemológica toda a consequência do pensamento estruturalista que se instaurou a partir de Saussure, Pêcheux desloca a perspectiva de investigação ao focar seus estudos para passagem da língua ao texto. Nessa conjuntura, o autor compreende que o texto não é só linguístico. Percebe que o linguístico entra como pressuposto e, dessa forma, Pêcheux re-significa o linguístico pela perspectiva discursiva. Por esta via, o autor compreende que os efeitos de sentidos produzidos a partir de um texto se dão pelo mecanismo discursivo, assim o objeto de estudo de Pêcheux passa do processo de produção para processo do discurso.

Da mesma forma que o texto não significa pela soma das frases que o constitui (o que impossibilitou a ciência da linguagem criar uma gramática do texto), o discurso em seu

funcionamento não é a soma de textos. Pensar o discurso é pensar no processo em que sentidos e sujeitos se constituem. Nem sentidos nem sujeito são completos, eles constituem-se mutuamente no dizer.

Pelo que precede, estão postas aí a abertura e a incompletude como questões para a Análise de Discurso: na perspectiva discursiva a relação linguagem/pensamento/mundo não é fixa, pois os sentidos não se constituem termo a termo. Para essa disciplina, a linguagem não é transparente. As relações de sentidos se constituem histórica-ideologicamente e se materializam na linguagem, portanto, constituem uma espessura – o simbólico. Em outras palavras, a língua só faz sentido por que se inscreve no imaginário. No real da língua e da história, o processo de significação é aberto, sentidos e sujeitos são incompletos e, por isto, necessitamos dizer, determinar, estabelecer relações de sentidos e de administrá-los. Porém, não são relações necessárias que regem os sentidos, são relações sócio-ideológicas determinadas pelas formações discursivas. (ORLANDI 1996, 2009)

Vale dizer que se entende por formações discursivas a regionalização de sentidos, as quais se constituem por diferentes relações ideológicas. E trabalhar com a noção de ideologia, a partir de Pêcheux, não é pensar a ocultação, mas o excesso, a saturação que é trabalhada como uma força confrontada a outras forças “na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado”. (HAROUCHE; PÊCHEUX 2007, p. 26). Continuam os autores:

[...] as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que *não se trata apenas de natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo de construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: como apontávamos no começo, as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que a empregam. Podemos agora deixar claro: as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma *formação discursiva* a outra. (Ibidem, p.26)

É nessa conjuntura que tratamos da palavra encarnada, a palavra produzindo efeito de sentidos pelas/nas relações postas em jogo. As relações sociais, as relações de poder instauradas na sociedade configuram lugares de poder/dever dizer. Estes lugares são simbolizados pela significação e são trabalhados na linguagem de tal forma que se apresentam já significados para os sujeitos, o que chamamos de posição, posição discursiva. Por isto

afirmamos que ao dizer, sujeito e sentido (se) constituem. É esse mecanismo que se movimenta a língua/linguagem. O sujeito é instado a ‘dar’ sentido, a dizer, a interpretar diante de qualquer objeto simbólico. E o que se diz está no interdiscurso (memória discursiva), no já-dito. Conforme Orlandi (1996, p. 30), o gesto de interpretação se faz nesse movimento, pois:

De um lado, os fatos reclamam sentidos, de outro, os sujeitos não podem não interpretar. Eles estão condenados a significar. Há assim as necessidades que regem essas relações: de um lado a necessidade que tem todo sujeito de dominar sua relação com os sentidos, ainda que imaginariamente, de outro, a necessidade que tem toda sociedade de administrar esta relação sujeito. (ORLANDI 2004, p. 25).

A injunção a significar, a dar sentidos a qualquer objeto simbólico constitui o discurso. O discurso é então efeito de sentidos entre interlocutores, é a língua em movimento produzindo sentidos. Diante disto, perceber a significação sobre/da cidade pelo discurso é compreender a historicidade dos sentidos que constituem os gestos de interpretação, de modo específico aqui, a interpretação na/sobre a cidade, a injunção a ‘dar’ sentidos para a cidade. Por este viés buscamos deslocar a noção do espaço empírico ou de qualquer naturalização de sentidos que se possa apontar como categorias *a priori*. Nossa ancoragem é perguntar sempre pela história dos sentidos, pelo processo sócio-histórico e ideológico que constitui a cidade e compreender os efeitos de sentidos produzidos.

Há um percurso de sentidos para a significação da/na cidade que perpassa as várias formas e funcionamento, ou seja, há uma historicidade que se materializa a noção de cidade que atualmente circula. Convém considerar que mesmo tomando como escopo a cidade na atualidade (a partir de um corte sincrônico) e restringindo nosso campo de observação apenas ao Brasil, ainda assim veremos uma heterogeneidade significativa no que tange aos modos de funcionamento das cidades. Algumas cidades se constituem mais marcadamente pelo funcionamento industrial, outras pela prestação de serviços, ao comércio, às universidades, outras pelas atividades ligadas ao campo, enfim, há condições sócio-históricas e econômicas determinadas e específicas para a configuração de uma cidade, de tal modo que preferimos assumir o desconforto de não poder mobilizar um conceito de cidade por excelência, para não atribuir-lhe característica homogênea, nem nos ancoramos a uma forma plena de identificação de cidade.

No que tange aos sentidos, podemos nos perguntar: com diferentes funcionamentos de cidade, suas especificidades sócio-econômicas, existem diferentes modos de significar

sujeito/espço citadinos? Diante dessa questão, propomo-nos uma leitura do processo sócio-histórico e discursivo da cidade. Nesse gesto de leitura, encontraremos uma forma dominante de cidade na chamada Antiguidade, que não é a mesma da Alta Idade Média, nem da Idade Medieval. Tais formas de cidade se constituíram em um modo determinado de produção, numa dada conjuntura histórica e, portanto, numa dada formação social e ideológica, formas de cidades que podem nos ajudar a perceber estados de condições diferentes para modos de significar cidades diferentemente de nossos dias.

Manuel Castells (1983), em sua obra “A questão urbana”, faz uma leitura do processo histórico de urbanização e tece uma crítica à perspectiva teórica evolucionista a qual lida com a questão urbana como resultado de ‘processo natural’. Em seu trabalho, o autor propõe uma análise da produção das formas espaciais por um viés materialista, entendendo o urbano como “[...] uma forma especial de ocupação do espaço, a saber, o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta, tendo como correlato previsível uma diferenciação funcional e social maior”. (Castells 1983, p. 17). A análise que o autor faz nos interessa enquanto possibilidade de deslocarmos do já-estabilizado em relação ao que comumente funciona como cidade hoje. O autor mostra que as cidades de 3.000 a.C., como na China, na Índia e no Egito, tinham uma forma residencial em que seus habitantes não tinham presença direta com atividades agrícolas, assim, as define como *excedentes* do produzido pela terra, o que não cabe no campo. Ou seja: a cidade era o excedente. Já as cidades da Idade Média estariam em uma nova dinâmica, organizada como um núcleo de habitação, serviço e de mercado, cuja dinâmica é uma “especificidade política da cidade que faz dela um mundo próprio define suas fronteiras enquanto sistemas sociais”. (idem. p.21). É interessante ainda observarmos, a partir da compreensão do autor, que o funcionamento da cidade na Idade Média desloca-se para a questão da territorialidade, tendo como condição material a forma em que a cidade está posta aí nas relações de forças (com os senhores feudais).

Ainda nessa direção, Le Goff (1992) em “O apogeu da cidade medieval” estuda sobre o fenômeno urbano e afirma que, no apogeu do crescimento das cidades entre os séculos XII e XIV, as cidades eram pensadas justamente como forma de fazer frente aos senhores feudais, ou seja, pensadas como uma praça forte capaz de resistir ao modo de vida feudal. Segundo o autor, não se designavam as comunidades que se formavam como cidade, pois a noção de cidade veio tempos depois, constituída primordialmente pelo princípio físico, ainda não definida no seu aspecto jurídico. Na era Medieval, muitas cidades da França se faziam cercadas por muros, onde estar dentro/fora era constitutivo do sentido *civitas* – condição de

cidadão. O muro aí não só delimitava o espaço físico da cidade, como produzia efeitos de identificação, de pertencimento (e, pela mesma via, de exclusão) do cidadão no sentido *civitas*, posta na contradição do *urbs* em oposição ao *rus* – o campo. Tendo em vista o que Le Goff considera, o sentido de cidadão, na era Medieval, passava pela relação de estar na cidade, estar “dentro dos muros”⁴. Ser cidadão era estar num determinado território, o território da cidade.

Como podemos observar, na história de sentidos de cidade, o atravessamento da noção de território/territorialidade se instaura na conjuntura sócio-histórica em que se necessita delimitar o que não é cidade, cuja conjuntura dá condições para o desenvolvimento do capitalismo (que, aliás, fundamenta-se nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade); enquanto condição material e ideológica faz sentido pensar a historicidade das relações de territorialidades como fundante do Estado Nacional. Conforme Orlandi (1999), na perspectiva discursiva, cidade está investida de sentidos outros, pois ao se falar de cidade se produz algumas *ambiguidades* construídas pelo processo de sobre-determinações de sentidos:

Como se sabe, cidade vem de *civitas*, *átis* [*civis*] que pode ser entendida de modos diversos: a) como condição (direito) do cidadão e como conjuntura de cidadãos, em que cidade e cidadania vem juntos, no mesmo pacote de sentidos; b) pode ainda significar: sede de um Governo, Estado, Cidade, Pátria, onde os sentidos do político se assentam na especificação empírica de suas representações; c) no dicionário, diz-se que *civitas-átis* é igual a *urbs*, que quer dizer a cidade em oposição a *rus* (campo lavoura) e *Arx* (cidadela, cimo, cume da cidade) (Orlandi 1999, p. 10).

A partir da relação etimológica da palavra cidade, esboçada pela autora, pode-se perceber uma região de sentidos sócio-historicamente determinados. Dessa forma, não falamos de *ambiguidade* como ‘problema’ de linguagem, comumente pensada por quem concebe a língua enquanto instrumento de comunicação, mas dizemos *ambiguidade* como ponto produtivo, cujos sentidos estão sempre em relação-a, portanto, falamos de uma condição constitutiva da linguagem.

Perceber a produção do espaço cidadão por um viés histórico-discursivo nos abre caminho para compreensão de uma historicidade de sentidos hoje naturalizados para cidade. Nessa historicidade, vemos que muito mais do que uma proximidade semântica, a questão da *urbs* aí se coloca como constitutiva. O sentido de *urbs* atravessa a significação de cidade pela forma de organização do espaço, pelo funcionamento do polido sobre o social, pela forma

⁴ Elias, Sheila 2006 faz um estudo histórico da palavra cidadania.

como trabalha o ideológico do planejamento e intervém nas políticas de ocupação e nas políticas sociais como funcionamento próprio da cidade⁵.

A cidade pode ser pensada ainda pela relação de sentidos de territorialidade, já que a forma material da cidade impõe a questão da territorialidade como uma ‘realidade’ perceptível a sua primeira instância, como formas visíveis, não por acaso, Orlandi (2004) diz que *cidade e território são solidários*. Nesta direção, conforme Le Goff (1992), a relação cidade/território já apontava seus sintomas desde a era medieval, pois a muralha, embora construída como segurança militar, funcionou como uma fronteira empírica e simbólica para a constituição das cidades medievais. Assim, “[...] não obstante, a muralha foi o elemento mais importante da realidade física e simbólica das cidades medievais” (LE GOFF, 1992, p. 14). Do ponto de vista discursivo, acrescentaríamos aí, a questão do político funcionando junto ao simbólico, o que atesta as constantes (des)construções de muralhas para um novo limite da cidade, onde territórios e cidades significavam nessas e por essas fronteiras. Para além disso, olhar para o processo histórico na Idade Medieval, conforme Le Goff (1992), nos faz compreender pelo olhar discursivo que a noção de limites deslizou para outros modos de fronteiras, nas quais os muros começaram a perder seu significado, pois o funcionamento das cidades fizeram produzir outras relações:

A muralha foi a base material da identidade urbana e estabeleceu uma dialética do interior e do exterior que dominou a atividade urbana, dialética que cidade medieval ocidental não chegará a realizar plenamente, até a perfeita distinção entre dois tipos de cidades que souberam, com ou sem muralha, separar-se radicalmente do campo: a cidade antiga, que vivia na posição *urbs/rus* e mantinha a rusticidade no exterior, e a cidade industrial e pós-industrial, que devorou o campo. (Le Goff, 1992, p. 196).

O surgimento das máquinas e a industrialização podem ser considerados acontecimentos que produziram condições materiais para as cidades da “Era Moderna”. Não as apontamos como condições primordiais para constituição de existência de tais cidades, mas, pelo que vemos em Le Goff (1992) e Castells (1982), a dinâmica de ocupação dos espaços em aglomerados, desencadeada pela industrialização, afetou consideravelmente as relações sociais e o ritmo de vida. Isso tudo fez produzir novos modos de significar os espaços e as relações nos/dos espaços.

⁵ Discutiremos logo mais sobre o modo como o urbano intervém no sentido de cidade.

A cidade ganha *status* jurídico e aparece como condição (principalmente para o estatuto de cidadão), e na contradição, ultrapassa a dicotomia *urbs/rus*. Nas palavras de Orlandi (2003, p. 11), “[...] em termos imaginários, poderia mesmo dizer que a cidade não tem exterioridade, ou seja, o que não é cidade (por exemplo, o campo) também é significado por ela”. É possível vermos nesse processo o deslizamento do termo cidadão: sujeito da cidade para sujeito de direito. Nesse processo, o funcionamento do Estado nacional passa a exercer o poder na/pela cidade. Pela mesma via, uma vez constituído o Estado, as cidades passam a significar-se na/pela relação com a nação, na conjuntura em que as instituições, entidades e todo poder instituído fazem trabalhar o espaço da cidade como espaço da cidadania, no qual o indivíduo é interpelado a todo tempo em sujeito (cidadão) da cidade. Por esta via, podemos afirmar que a condição de cidadão passa sócio-historicamente pela relação com a cidade.

A naturalização de certos sentidos (e não outros) para cidade atesta uma memória de cidade. Como observa Orlandi (2004, p. 83), “[...] por vivermos na cidade, nós já temos em nós uma certa memória de cidade, que faz com que não tenhamos, a todo momento, que nos perguntar pelos seus sentidos”. Nos dias atuais, já não são muros, enquanto forma material, que significam um sujeito cidadão (pelo estar dentro/fora dela), a cidade é significada enquanto espaço simbólico-político. Nessa perspectiva, como está posta a questão do pertencimento (ou não-pertencimento) na/da cidade? Ou, como território/territorialidade se põe na/para cidade? Será que tais questões perpassam a constituição da cidade contemporânea?

Quando falamos de território e de territorialidade falamos a partir das implicações formuladas Orlandi (2011, p. 20), onde afirma:

Territorialidade: espaço, como temos afirmado, material, parte das condições de produção dos sentidos que aí se constituem, se formulam e circulam. Espaço histórico e simbólico. Espaço de interpretação. Nesse caso, o que refere “território”, espaço institucionalizado, nomeado pelo poder do Estado. Que faz unidade e demanda identidade. Espaço significado politicamente e que, por isso, inscreve o processo de identidade no discurso institucional do Estado [...].

Nessa perspectiva podemos voltar para a questão da cidade e compreender que ela se apresenta enquanto espaço determinado, espaço onde funciona a manifestação concreta da ordem território/territorialidade. Mas, como os sentidos aí se constituem? Como circulam?

Como os dizeres sobre a cidade funcionam para a demanda de identidade? Podemos pensar que, além da memória que naturaliza sentidos para cidade (o de não questionar o sentido de rua, por exemplo), as práticas de linguagem produzidas sobre a cidade intervêm no fazer pertencer sujeito/espço?

No percurso em que buscamos respostas a tais perguntas pudemos notar que vários trabalhos têm se ocupado em dar condições de escuta à significação da/na cidade pelo viés da Análise de Discurso, de modo que se faz necessário considerar um percurso já realizado e apresentar alguns pressupostos específicos no aspecto discursivo no que tange à cidade.

Uma das questões teoricamente discutidas é trabalhar a distinção entre a *organização* e a *ordem simbólica* no/para o processo de significação na cidade. “Sendo a ordem do domínio do simbólico (a sistematicidade sujeita a equívoco), na relação com o real, enquanto a organização refere ao empírico e ao imaginário (o arranjo das unidades)”. (ORLANDI, 1999, p. 8). Assim, estudos sobre a cidade pelo viés discursivo têm tomado como pressuposto a contradição constitutiva em que o político faz intervir na produção imaginária da unidade sob o real da cidade (conflito social). Esse pressuposto supõe que a organização se dá pelo discurso urbano, que diz a cidade enquanto unidade. Imaginário este que se sustenta sob a ordem simbólica, em que o real da história se confronta com o real da língua, portanto, esse simbólico é exposto à falha, ao equívoco. “Do ponto de vista simbólico, organização e desorganização se acompanham”. (idem). E se assim é, o trabalho do analista é ultrapassar a instância do imaginário (do politicamente polido) para entender a ordem simbólica que significa a cidade.

Entre os estudos já realizados sobre a cidade pelo viés da Análise de Discurso, destaco aqui os trabalhos do LABEUB (Laboratório de Estudos Urbanos), da Unicamp, referência em estudos urbanos. De modo geral, suas pesquisas apontam que o discurso urbano sobredetermina sentidos para cidade (ALCALÁ 2003; LAGAZZY 1999, 2001; ORLANDI 1999, 2004, 2004; PAYER 2001; SOUZA 2001; MARIANE 1996; SILVA 1999). Nessa perspectiva, a cidade como espaço simbólico está sendo compreendida por via do urbano. Em termos gerais, a configuração epistemológica em que a cidade é pensada e discutida pode ser contemplada pelas palavras da pesquisadora Alcalá (2003, p. 65), que afirma:

Tomamos a cidade espaço simbólico, que tem sua materialidade e suas formas específicas de significar. A relação desse espaço com a linguagem e com os sujeitos falantes que o habitam é, dessa perspectiva, uma relação *constitutiva*. Esse é o postulado básico da área *Saber Urbano e Linguagem*, na qual nos inscrevemos.

Em suas palavras, Orlandi (2004, p. 34), pesquisadora e fundadora da Análise do Discurso praticada no Brasil, tem afirmado que trabalha a partir:

[...] da idéia de que há uma sobredeterminação do urbano sobre a cidade de tal modo que o que eu tenho chamado de discurso urbano silencia o real da cidade (e o social que o acompanha). Esse apagamento se deve basicamente a um movimento de generalização do discurso do urbanista que passa a fazer parte do senso-comum produzindo uma deriva ideológica que homogeneíza o modo de significar a cidade seja pelo seu uso indiferente no discurso ordinário, no discurso administrativo, no do Estado, tomando as formas do jurídico ou político indiscriminadamente.

Como se vê, pensar os sentidos na/para a cidade pressupõe um ‘olhar’ para a cidade já afetado pelo urbano, ou seja, o discurso urbano, tal como é analisado, funciona como um já-dito, um pré-construído sobre a cidade. Dito de uma outra forma, na historicidade de sentido que constitui a cidade, tem-se percebido que o urbano se apresenta como formação discursiva (instaurada em nossa sociedade), no sentido aqui discutido, “[...] como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito Orlandi” (2009, p. 43). Desse modo, o discurso da cidade teria outras formas de significar, sentidos ainda irrealizados que têm na incompletude a possibilidade de vir a ser, no entanto, estão silenciados e interditados pelas discursividades (do) urbano. É nessa medida que a noção do funcionamento discursivo tornou-se fundamental para compreensão o processo de significação da cidade.

Sem desconsiderar os pressupostos acima apresentados, nossa questão recorta especificamente a relação sujeito/espço no embate de sentidos para a cidade de *Pontes e Lacerda*. Para constituir essa leitura estabelecemos o confronto de práticas discursivas e/ou fatos de linguagem pelos quais *Pontes e Lacerda* é dita e significada enquanto cidade no Oeste Mato-grossense. No entrecruzamento do discurso sobre o nome da cidade, da circulação desse nome no filme em *Os Matadores*; dos sentidos que se espacializam pelo viés da nomeação de ruas e avenidas com nomes de estados brasileiros e pelo viés do discurso da *felicidade*; das versões da cidade para o turismo pelo viés do discurso ecológico e pelo viés da invenção de uma tradição cultural que se materializa pelo discurso sobre a festa de rodeio local – buscamos perceber como a questão espaço/sujeitos/sentidos está posta para a cidade de *Pontes e Lacerda*.

1.2 A noção de *invenção*: da História para via do discurso

Pelo modo como constituímos nosso gesto de leitura sobre os sentidos para a cidade de *Pontes e Lacerda*, faz-se necessário aqui explicitarmos nossa posição epistemológica no que tange ao campo da História. Dar visibilidade à cidade por um modo e não por outro é sempre uma construção de sentidos. E não é nosso objetivo (nem condiz com nosso lugar teórico) apontar o que se poderia pensar como melhor forma de dar visibilidade à cidade ou o que se poderia dizer sobre a história local. Nossa questão se volta para o processo de produção, buscamos compreender o modo como se dá a produção de sentidos. Nesta direção, vale considerar que a forma como os conhecimentos históricos são concebidos determina o olhar sobre a história e a constituição de um lugar como a cidade.

Compreendendo a condição de produção de sentidos em linguagem não dá para falarmos da História e dos sentidos que ela produz como *a priori*. Assim, pensamos ser produtivo para nosso estudo trabalhar a História como *invenção* tal como formulada por Albuquerque Jr. (2007), em sua obra *História: a arte de inventar o passado*. Nesta obra o autor formula um lugar para pensar o conhecimento histórico a partir da observação de como se dá a produção de sentidos neste campo do saber:

A história passa a se questionar como discurso, sobre como se dá a produção de sentido neste campo. A ingenuidade de pensar que a linguagem apenas espelha o objeto da experiência, que pode ser uma instância transparente a dizer as coisas como realmente são, começa a ser questionada pelas reflexões que se dão em torno do papel da linguagem, num contexto de desenvolvimento da indústria cultural ou da cultura de massas, coloca as linguagens no centro das reflexões políticas e filosóficas. (ALBUQUERQUE JR 2007: 21)

O reconhecimento da não transparência da linguagem deu ao autor a possibilidade de compreender a produção do conhecimento histórico como uma construção, deslocando a História do pressuposto do passado como *a priori*, como também quebra a ilusão de poder apreender o real de um fato histórico. Considerada tal conjuntura, o passado deixa de ser fixo, delineável e passa a ser compreendido como invenção discursiva que se instaura no presente, no modo como o vemos, como estamos postos a constituí-lo:

Percebemos o passado como um abismo que não pára de cavar, quanto mais queremos nos aproximar dele, mais no afastamos. Damos conta de que a História não está a serviço da memória, de sua salvação, mas está, sim, a serviço do esquecimento. Ela está sempre pronta a desmanchar uma imagem do passado que já tenha sido produzida, institucionalizada, cristalizada. Inventado, a partir do presente, o passado só adquire sentido na relação com este presente que passa, portanto, ele anuncia já a sua morte prematura. (Ibid. p. 61)

Reconhecemos no gesto de Albuquerque o abandono da suposta objetividade buscada por muitos historiadores, o que não implica necessariamente na renúncia do caráter científico na disciplina. Todavia, é um desdobramento que abre para produção do novo. Uma das aberturas para o novo reside no fato de que a busca pelo conhecimento histórico deixa de ser pensada pelo crivo da evidência. A mudança de concepção pode ser apontada pelo modo como a evidência passa a ser compreendida como construção pela/na linguagem:

A evidência produto de uma certa vidência, é uma construção de uma forma de fazer ver, de uma visibilidade e de uma dizibilidade social e historicamente localizada. É o próprio conceito, é o discurso lançado sobre a empiria que a transforma em evidência. Nada é evidente antes de ser evidenciado, ressaltado por alguma forma de nomeação, conceituação ou relato. (Ibid. p. 21).

Diríamos então que a disciplina História em Albuquerque Jr. (2007) está constituída por novos paradigmas, num terreno que ele chama de *terceira margem*: “[...] a História não passa apenas no lugar da natureza, da coisa em si, [...], nem se passa apenas do lado da representação, da cultura, da subjetividade, do sujeito, da ideia ou da narrativa, mas entre elas”. (Ibid. p. 28). Tomar a História enquanto produção de sentidos nos possibilita dialogar de forma produtiva com a Análise de Discurso materialista, teoria pela qual nos inscrevemos em nosso empreendimento teórico-analítico. Nosso gesto de diálogo visa constituir condições para refletirmos sobre como os conhecimentos históricos entram nas discursividades sobre *Pontes e Lacerda*, questionando como aí se produz sentidos e se inventa modos de dizer, inventa imaginários, no nosso caso específico, imaginários para a cidade.

Como afirma Albuquerque Jr. (2007, p. 48) “[...] a história é um discurso que opera com a identidade, com o que já tem nome, com o conhecido” [...]. Esse pressuposto nos faz lembrar a condição da significação – impossível dizer tudo – e sempre ao dizer, silencia, apaga sentidos outros. Essa condição mesma nos põe a olhar para uma materialidade discursiva da História como um modo possível de significar o passado entre outros. Não

obstante, ao reconhecer o gesto de construção na disciplina História, Albuquerque Jr. aponta que a separação desta com a literatura foi efeito da divisão de leitura/interpretação. Para o autor, enquanto o discurso historiográfico fala em nome da razão, do poder, do domínio e da conquista, o discurso literário fala pela sensibilidade com efeitos poéticos. Interessa-nos aí reforçar a desnaturalização do discurso historiográfico como produção de verdades incontestáveis para pensá-lo como produção de versões possíveis e, por isso, invenção de sentidos que nos permite tomá-la como parte de nosso gesto de leitura, em *Análise de Discurso*. E pelo mesmo efeito de sentidos tomamos a noção de invenção para falar do funcionamento discurso em que se produz modos de dizer, produz uma dizibilidade e visibilidade à cidade de *Pontes e Lacerda* entre outros modos possíveis. Invenção que em cada espaço de dizer tem historicidade e modos de produzir relações de sentidos.

Para Albuquerque Jr. (2007, p. 48), a História é uma invenção que vai “[...] encontrando unidade onde há dispersão, o território onde há desterritorialização pois a História já nasce ligada às grandes máquinas de territorialização e sedentarismo dos homens e de todas as coisas que são o Estado e a escrita”. Discursivamente, diríamos, então, que constituem como condição de produção da História trabalhar a unidade/dispersão, o território/desterritorialização, o Estado e a escrita. Ficaremos atentos a essa relação de sentidos apontada pelo autor quando tomarmos como objeto de análise a materialização do discurso histórico.

II CIDADE, MEMÓRIA, INVENÇÃO E INTERDIÇÃO DE SENTIDOS

Os estudos no domínio discursivo consideram que em nossa sociedade a relação do sujeito com a cidade é constitutiva⁶. Vale lembrar que falamos de cidade pensada como espaço simbólico cuja base material é a linguagem. Pela mesma via, a escrita aparece como elemento fundante das relações sociais na cidade. No entremeio dessa relação, tomar a cidade como discurso, pelo viés escrita/sujeito/cidade, torna-se um percurso produtivo para compreensão das questões de nosso estudo.

Ao refletir sobre a historicidade da relação da escrita e o espaço urbano Mariza Vieira Silva (1999, p. 23) afirma que a cidade “[...] é um espaço de constituição do sujeito e dos sentidos em sociedade cuja organização e funcionamento se fundam nas letras”. Esse processo ganha visibilidade à medida que a autora fala dessa historicidade, levando-nos a pensar a relação do homem com o espaço, a partir do surgimento do alfabeto. Para Silva (1999, p. 27):

Com o aparecimento do alfabeto, o homem criou um espaço social de comunicação e de significação e, também, fundou um espaço outro de memória do dizer, que irá adquirir sua visibilidade nos textos e arquivos que se constroem nas cidades. Nas formulações e articulações que aí se produzem, próprias de um discurso (do) urbano, os indivíduos serão interpelados como sujeito e o efeito leitor, enquanto constituído da subjetividade, será produzido. E o que são as cidades senão outra construção do homem que têm na palavra ordem e elemento desencadeador de suas formações e traçados?

Conforme a perspectiva apontada pela autora, temos condições de tomar a cidade enquanto construção de linguagem (palavra), desse modo, somos levados a compreender a cidade como discurso, deslocando-a do evidente. Na evidência, a cidade é vista a partir do empírico, do estrutural e da organização que se apresenta como tal. No entanto, o modo cotidiano em que se percebe a cidade já é efeito do imaginário produzido pelo e no trabalho da linguagem, onde a escrita tem seu lugar específico. Para Silva (1999, p. 26):

O espaço da cidade é o espaço da palavra escrita, onde se produzem e reproduzem textos e discursos que a definem, a delimitam e significam, configurando instituições e práticas, dando uma fisionomia própria às relações religiosas, econômicas, jurídicas, sociais, culturais e políticas entre os homens.

⁶ Ver ALCALÁ 2003; LAGAZZY 1999, 2001; ORLANDI 1999, 2004; PAYER 2001; SOUZA 2001; MARIANE 1996; SILVA 1999 – Trabalhos que discutem a cidade por uma perspectiva urbana.

A escrita tornou-se, ao longo do processo sócio-histórico, lugar institucional e social do dizer na/da cidade. Nessa perspectiva, a forma sujeito-cidadino não só é afetada pela escrita, como o sujeito constitui-se enquanto sujeito-cidadão ao ser interpelado por essa relação da escrita na cidade. A escrita constitui o arquivo, artefato que produz a cidade. A partir daí podemos perceber a questão político-simbólica que significa a cidade. A escrita, enquanto lugar sócio-historicamente determinado, fundamenta e organiza a construção do imaginário sobre o espaço da cidade, em oposição ao discurso da oralidade (oralidade fluida), e dessa forma, silencia sentidos, o *não-sentido*, a desorganização cotidiana da cidade⁷.

No domínio discursivo buscamos distinguir *ordem* e *organização* a partir de Orlandi (1999, p. 8) que afirma ser “[...] a ordem do domínio do simbólico (a sistematicidade sujeita a equívoco), na relação com o real, enquanto a organização refere ao empírico e ao imaginário (o arranjo das unidades)”. Assim, pensar o processo de significação da cidade pressupõe essa contradição constitutiva em que o político faz intervir uma produção imaginária da unidade sobre o real da cidade (como o conflito social). Segundo Orlandi (2004) esse pressuposto parte da ideia de que a *organização* se dá pelo discurso urbano, o qual produz o imaginário da cidade enquanto unidade. Imaginário este que se sustenta sob a *ordem simbólica*, na qual o real da história se confronta com o real da língua, portanto, falamos de um simbólico exposto à falha, ao equívoco. Vale ressaltar que do “[...] ponto de vista simbólico, organização e desorganização se acompanham”. (ORLANDI, 1999, p. 8). Essas constatações nos levam à questão: como funciona o efeito social e institucional da escrita na relação com a cidade?

Como já discutimos, o discurso urbano projeta a polidez do sentido para a cidade, a organização sobre o espaço urbano, produzindo o senso-comum pelo modo que trabalha no funcionamento ideológico em que o discurso ordinário, discurso administrativo e discurso jurídico se confluem indiferentemente⁸. A partir do que supomos sobre o funcionamento político-ideológico do discurso urbano, a escrita nos parece ser um artefato social que materializa, sobredetermina e legitima, de certo modo, os sentidos da cidade. O Estado, ao produzir modos de ler, ver e sentir a cidade, apaga o real da cidade, silencia os conflitos sociais (que são constitutivos), engessa sentidos ainda não realizados sobre a cidade e silencia outros que lhe são indesejáveis. Produzem-se, assim, discursos determinados, modos específicos de significar a cidade. Desse modo, considerando a conjuntura em que se dá a

⁷ Ler Orlandi, *N/O limiar da cidade*, in: RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI, Campinas, SP, número especial, junho 1999.

⁸ Conforme ALCALÁ 2003; LAGAZZY 1999, 2001; ORLANDI 1999, 2004; PAYER 2001; SOUZA 2001; MARIANE 1996; SILVA 1999.

significação na cidade, podemos dizer que a escrita, enquanto espaço social institucionalizado, imaginariamente está para o polido, para a organização do urbano.

2.1 O discurso sobre o nome *Pontes e Lacerda* na invenção e interdição de imaginários para a cidade

Como já temos afirmado, tomar o embate de sentidos sobre a cidade *Pontes e Lacerda* é assumir um olhar discursivo para a compreensão do simbólico, do político e do ideológico que constituem a significação de sujeito/espaço/sentido no/para o oeste mato-grossense.

Nossa entrada analítica incide em compreender o modo como o discurso sobre o nome de *Pontes e Lacerda* mobiliza sentidos para significar a cidade. Para essa leitura, constituímos um corpus com excertos de textos que materializam a construção de uma história do nome da cidade.

Pela análise de discurso, tal como é pensada no Brasil por Orlandi (1996), compreendemos a constituição dos sentidos pela *relação a*, ou seja, a relação homem/mundo/linguagem não é pensada como fixa, uma vez que o processo de significação passa a ser entendido como movimento da língua na história, dessa forma, falamos de um processo que não se dá por uma realização plena. Assim, refletir discursivamente a respeito da significação implica que consideremos que os sentidos sempre podem ser outros (ORLANDI, 1996). Não cansamos em dizer que, por existir essa abertura, a prática languageira de dizer e redizer é compreendida como incessante domesticação dos sentidos. Por outro lado, reconhecemos que o sentido não pode ser qualquer um, uma vez que o político e o ideológico intervêm na direção dos sentidos.

Nessa direção, questionamos a aparente estabilidade dos sentidos trabalhada pelas instituições, pelos aparelhos de poder que em nossa sociedade administram a interpretação sobre o espaço político-simbólico. Buscamos ultrapassar o nível da *organização* e alcançar a *ordem* significante pela escuta da linguagem materializada no discurso sobre o nome *Pontes e Lacerda*. Assim, nossa questão para este recorte é: de que modo(s) o discurso sobre o nome *Pontes e Lacerda* mobiliza sentidos na invenção de imaginário(s) para a cidade nos textos que se inscrevem no domínio da “informação”?

Para responder a essa questão, partimos para a explicitação e descrição do material de análise:

(1) O século XVIII foi uma época muito agitada, marcada por guerras, guerras estas marcadas por sucessão ao trono nos países poderosos. **Apesar**

das guerras, o pensamento humano conseguiu progredir consideravelmente, adotando ideias novas nascidas na França e na Inglaterra, logo estudadas e adotadas por todos intelectuais da Europa de mundo inteiro. Esta vasta corrente de pensamento, originada pelo desenvolvimento do espírito científico, tinha por finalidade esclarecer as trevas da ignorância e da superstição em que estavam mergulhados os povos. Foi com esse espírito, que no ano de 1784, passaram pelo Rio Guaporé, elaborando a Carta Geográfica dos Rios da Região, partindo de Vila Bela da Santíssima Trindade ao Rio Jauru, o Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra e os astrônomos Antônio Francisco da Cunha PONTES e Francisco José de LACERDA e Almeida, aportando em um determinado lugar do referido ponto, criando assim um porto.

No ano de 1907, o então Major Cândido Mariano da Silva Rondon, fora designado pelo presidente da República Afonso Pena a Fazer a ligação telegráfica de Mato Grosso até Amazonas. Passando então o Marechal Rondon pelo Porto Fluvial criado pelos astrônomos, ali instalou o Posto dos Correios, fundou e denominou o local de *PONTES E LACERDA*, em homenagem àqueles desbravadores, nomeou como encarregado a linha telegráfica Antonio Colombo, e seus filhos Emiliano Coleta da Cunha, que cuidava do tráfego e Benedito Francisco da Silva que era guarda da vila. Era o começo da “VILA DOS PRETOS”, hoje Vila Guaporé. (VOZ DO VALE 1987; grifos nossos).

(2) A denominação *Pontes e Lacerda* é recente, mas tem origem nos nomes dos astrônomos e cartógrafos Antonio Pires da Silva Pontes, que era mineiro e Francisco José de Lacerda e Almeida – paulista. Ambos eram diplomados pela Universidade de Coimbra – Portugal. O binômio *Pontes e Lacerda* honra os dois astrônomos. Os dois ilustres cartógrafos e astrônomos elaboraram em 1784 a primeira carta geográfica dos rios da região, partindo de Vila Bela, rumando para o Rio Jaurú. Foram descritos assim os rios das bacias Amazônica e Prata. Para os trabalhos da linha telegráfica, A Comissão Rondon designou na função de encarregado a sr. Antônio Colombo; Emilio Coleta da Cunha, atendente de telefonia e filho de Antonio Colombo; Benedito Francisco da Silva – guarda da linha. Nesse tempo o local começou a ser conhecido também como Vila dos Pretos. (FERREIRA 2001, p. 567; grifos nossos).

(3) O nome do Município "*Pontes e Lacerda*" vêm dos cartógrafos e astrônomos, ANTONIO PIRES DA SILVA PONTES LEMES e FRANCISCO JOSÉ DE LACERDA E ALMEIDA. Ambos tiveram a pedido da coroa portuguesa a função de descobrir, mapear e dar nomes a todos os rios das Bacias Amazônica e do Prata, com a finalidade de atribuir as terras e os limites territoriais entre Espanha e Portugal, conforme determinava os Tratados de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777). A partir de Belém do Pará, subiram o Amazonas e seus afluentes, acabaram por chegar a Vila Bela da Ss. Trindade que era a Capital da Capitania de Mato Grosso, por volta de 1784. Em 1906 quando o Marechal Rondon fez construir o Posto de Telégrafos, deu a ele o nome de "*Estação Telegráfica Pontes e Lacerda*", em homenagem a aqueles que por aqui passaram acerca de 122 anos antes e desenharam os mapas da região, dos quais Rondon utilizava para se localizar e determinar os rumos na implantação dos postes e fios do telégrafo nos sertões.

(<http://www.ponteselacerda.mt.gov.br/Historia-do-Municipio/>, grifos nossos).

(4) **PONTES E LACERDA – VENHA E TENHA BOAS SURPRESAS/** Você vai entrar no clima tropical da região, com **temperatura agradável, ar puro** e muito verde. **O mesmo que devem ter sentido os astrônomos e cartógrafos** Antônio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e Almeida, que aqui estiveram **em 1784** para elaborar a primeira carta geográfica dos rios da região. [...] A cidade está situada a 442 km de Cuiabá, na margem esquerda do rio Guaporé. Por ser rico em belezas naturais e biodiversidade, pela fusão de dois ecossistemas (bacias Amazônica e do Prata), Pontes e Lacerda é um cenário ideal para visitas de lazer e de pesquisas. (PREFEITURA MUNICIPAL, Pontes e Lacerda – Venha e tenha boas surpresas. S/d. grifos nossos).

De (1) a (4) temos diferentes textos (de jornal impresso; de obra didática; do site oficial do município e de pôster de divulgação, respectivamente). Para efeito de análise, é fundamental considerarmos que essas textualidades circulam no espaço social como informação, ou seja, são textos que circulam com o propósito de dar a saber, de informar e de ensinar pelo viés da palavra escrita⁹. Assim considerado, é significativo pensar os efeitos de sentidos que aí se produzem, pois, em uma sociedade como a nossa, não podemos ser indiferentes às divisões de leitura/interpretação sócio-historicamente constituídas, conforme observa Orlandi (2008, p. 28):

Há uma primeira divisão que separa o literal do que está sujeito à interpretação. Esta divisão faz eco sobre duas outras: a. há aqueles que têm direito à interpretação e aqueles que não têm; e b. há textos considerados instáveis (sujeitos a equívoco) quanto aos sentidos e há aqueles que são tidos como estáveis (onde haveria interdição a interpretação). Esta divisão separa o literário do científico. Essas divisões correspondem a formas de administração dos sentidos abundantemente praticadas nas/pelas instituições (Igreja, Escola, Empresa, Partido etc.), pela enorme produção de textos (regulamentos, constituições, filipetas, livros, programas de partido etc.). Os sentidos – sempre aí em seu movimento de produzir rupturas, acontecimentos – não estão no entanto jamais soltos (desligados, livres) eles são administrados (geridos).

Considerando a divisão sobre a interpretação como afirma a autora, torna-se significativo observar os lugares sociais pelos quais os textos são projetados e materializados: em (1) pela imprensa; (2) pela divulgação acadêmico-escolar; (3) pelo *site* oficial da administração; (4) pela secretaria de cultura do município. Podemos dizer que esses lugares sociais, pelos quais os textos são postos em circulação, constituem lugares onde perpassa a relação de poder e/ou institucional de nossa sociedade atual. Conforme Pêcheux (1969, p. 81)

⁹ Consideramos nossa reflexão sobre a escrita na cidade a partir de Marisa Vieira (1999).

“[...] os lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo”. Assim, as projeções imaginárias dos lugares sociais podem determinar o modo de dizer e interpretar, uma vez que não se diz de qualquer modo, pois o que pode e deve ser dito é determinado pelas relações sócio-históricas. Como funciona o discurso sobre o nome *Pontes e Lacerda* nas condições de produção observadas?

Para análise do modo como o discurso sobre o nome *Pontes e Lacerda* está materializado partiremos, então, para a observação da textualização desse discurso, pois, conforme Orlandi (2008, p. 69)

[...] em temas teóricos e analíticos, temos como entrar no discurso, pela sua textualização, estabelecendo uma relação com o funcionamento discursivo, com os processos de constituição de sentidos ali inscritos e apreender assim os gestos de interpretação que os constituem, podendo aí vislumbrar a possibilidade de outras leituras.

Pelo viés do procedimento teórico-analítico apontado pela autora, podemos perceber que no fio discursivo em (1) o uso dos determinantes (artigo definido/indefinido) produz um funcionamento discursivo interessante para darmos início à nossa análise. Na formulação – “aportando em **um** determinado lugar do referido ponto, criando assim **um** porto” – o chamado artigo indefinido mobiliza efeitos de sentidos para significar o espaço como ‘desconhecido’, ‘sem identidade’, o que possibilita discursivizar uma passagem ao ‘conhecido’, ao já-identificado, significando o mesmo pelo diferente em – “Passando então o Marechal Rondon pelo **Porto Fluvial** criado pelos astrônomos, **ali instalou** o Posto dos Correios, **fundou** e **denominou o local de PONTES E LACERDA**, em homenagem àqueles desbravadores” [...].

O encadeamento discursivo faz deslizar um **porto** – “um determinado trajeto fluvial” – para “**o Porto Fluvial**” criado pelos astrônomos, com letras maiúsculas, o que já materializa marcas do deslizamento do sentido anterior. Os sentidos aí se sustentam pelo funcionamento do plano enunciativo do deslocamento para o da fixação no espaço. É um movimentar na língua que sustenta a projeção de um processo de urbanização do espaço, apontando o funcionamento do nome como circunscrição e identificação urbana – “ali instalou o Posto dos Correios, fundou e denominou o local de *PONTES E LACERDA*” (...).

O encadeamento discursivo naturaliza sentidos pelo funcionamento ideológico da urbanização e do progresso. A relação de sentidos se dá por um vir a ser cidade já atravessada por essa memória de urbanização, e não por outra. Assim, temos a organização, gesto de interpretação para significar a ocupação do espaço fronteiriço, um *arranjo de unidades*, pelo deslizamento do mesmo e do diferente:

A: *um porto* => B: *o Porto Fluvial criado pelos astrônomos* => C: *Posto dos Correios*
=> D: *o nome PONTES E LACERDA* => (...) => Z: ?

Pensando o sentido como *relação a*, o mesmo e o diferente constituem-se mutuamente em tensão. É a relação tensa entre o mesmo e o diferente que sustenta o processo de significação. “E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e ao se dizer que sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se)significam”. (ORLANDI, 2009, p. 36). Pela textualização do discurso sobre o nome da cidade, vemos aí marcas da tensão do mesmo e do diferente no dizer. Continuemos a observar outras regularidades.

Outra marca na/da discursividade sobre o nome *Pontes e Lacerda* é a articulação dos verbos de movimento: Em (1) a articulação dos verbos *passar/partir/aportar/instalar/fundar* produz gestos de leitura para um deslocar/fixar no espaço, potencializando a invenção/constituição da cidade, ao passo que mobiliza sentidos para a passagem discursiva do *desconhecido* ao *conhecido/nomeado*; e evoca aí um poder instituído no Brasil: *passar/partir/aportar/instalar/fundar* => *dar nome* – um nomear que constitui posse e produz um efeito de estar legitimado enquanto territorialidade e nacionalidade brasileira, uma vez que se circunscreve dentro do imaginário de história do Brasil: “Foi com esse espírito, que no ano de 1784, passaram pelo Rio Guaporé, elaborando a **Carta Geográfica** dos Rios da Região”. A discursivização sobre o nome *Pontes e Lacerda* está aí organizada e organiza sentidos que metaforizam a ‘entrada’ do Estado, pela projeção da *Carta Geográfica* da região fronteiriça, como gesto fundante circunscrito no século XVIII. Desse modo, produz-se um ‘arranjo das unidades’, um imaginário de territorialidade pertencida, administrada e significada pela memória nacional institucionalizada (pelo Estado).

O efeito de sentidos que o nome desencadeia na discursividade sobre a cidade nos evoca dialogar com a metáfora do Nome-do-pai desenvolvida por Lacan nos estudos de psicanálise. A partir das compreensões já elaboradas por Freud sobre a função paterna na

relação com o inconsciente, Lacan formula a metáfora paterna como significante. O autor fala do pai circunscrito na ordem simbólica, portanto diz do pai simbólico, cujo estatuto transcende ao pai real, pois trata-se de uma posição na cadeia significante.

[...] Que o pai seja, por exemplo, o verdadeiro agente da procriação não é, de maneira alguma, verdade da experiência. [...]

A posição do pai como simbólico não depende do fato de as pessoas haverem mais ou menos reconhecido a necessidade de uma certa sequência de acontecimentos tão diferentes quanto o coito e um parto. A posição do Nome do Pai como tal, a qualidade do pai como procriador, é uma questão que se situa no nível simbólico. Pode materializar-se sob diversas formas culturais, mas não depende como tal da forma cultural, é uma necessidade da cadeia significante (LACAN, [1957-58] 1999, p.187 *apud* HOYER, 2008 p. 51)

A metáfora paterna Nome-do-pai está para ordem do significante, na condição metafórica em que introduz o falante recém-nascido na estrutura da linguagem, gesto que, segundo Lacan, tutela e interdita a identificação do sujeito. Ao dar nome, ao mesmo tempo promulga-se a lei e mata o pai para dar lugar ao pai simbólico, portando assassina-se o pai: “As duas coisas estão estreitamente ligadas – o pai como aquele que promulga a lei é o pai morto, isto é, o símbolo do pai ([1957-58]1999, p.152 *apud* HOYER, 2008 p. 51)

Na leitura de Souza-Maluf 2004, em sua tese “Vozes urbanas: gestos de pertencimento nos espaços simbólicos da cidade” a metáfora lacaniana é tomada como inscrição que e o nome “tem de inscrição, de filiação, de identidade com os sentidos de fundação”.

[...] o nome do pai é, ao mesmo tempo, a negação como condição de possibilidade da linguagem, pois é pela instauração da distância e da lei, é pelo “não” que o nome do Pai instala que a criança ascende, então, ao simbólico. O simbólico se define, dessa forma, por ser presença de uma ausência” (Maluf-Souza 2004, p. 157).

A partir da leitura sobre a metáfora do Nome-do-pai podemos olhar para a forma que o nome da cidade está dito (e reivindicado) nos discursos e perceber que o nome filia sentidos e interdita outros. O nome *Pontes e Lacerda*, na condição de produção em estudo, põe a cidade no jogo de interpretação investida de sentidos (já-ditos). Ou seja, dizer dos nomes dos cartógrafos para identificar a cidade é já uma inscrição a uma rede de sentidos do projeto nacional de ‘extensão da nacionalidade’ para os rincões brasileiros, efeito de sentidos do gesto

de fazer chegar às regiões longínquas o ‘processo’ e a urbanização como projeto de nação. E dizer inscrito nessa rede de sentidos instaura sentidos para o nome do pai e interdita sentidos outros, como aquilo que escapou ao domínio do Estado, como a matança e o coronelismo outra ordem de domínio/ocupação, por exemplo.

Contudo, discursivamente, não há ritual sem falhas, sem equívoco, assim, quando se formula em (1): *Era o começo da “VILA DOS PRETOS”, hoje Vila Guaporé* – aponta-se também para memória(s) outras de ocupação desse espaço. É uma marca que atesta como o político-ideológico afeta a direção da produção de sentidos, nesse caso, a produção de um imaginário da criação da cidade (pela palavra escrita). O que não está dito aí é o movimento do deslocar/fixar que constitui a “Vila dos Pretos”. Todavia, ela está significada pelo silêncio. Qual memória pode significar a constituição dessa vila? Por que não é dita? É a falha que possibilita dar visibilidade ao político-ideológico que sustenta o dizer e nos permite analisar a posição-sujeito dos discursos.

A falha do funcionamento político-ideológico materializa-se de forma mais visível em (2) pela articulação adversativa **mas** em: “A denominação *Pontes e Lacerda* é recente, **mas** tem origem nos nomes dos astrônomos e cartógrafos Antônio Pires da Silva Pontes, que era mineiro e Francisco José de Lacerda e Almeida – paulista”. Ao confrontarmos o funcionamento dessa construção semântica com a formulação seguinte: “Nesse tempo [do posto telegráfico] o local começou a ser conhecido também como Vila dos Pretos” – a palavra [mas] pode ser percebida para além de uma adversativa, ela atesta o funcionamento da administração dos sentidos: é uma marca que atesta como o político-ideológico afeta a produção de sentidos, nesse caso, a produção de um imaginário de criação da cidade.

Contudo, os sentidos irrompem, fazendo escapar, pelo ato falho, a disputa entre o oficialmente nomeado – *Pontes e Lacerda* – e o popularmente conhecido – “Vila dos Pretos” – (outra memória, a não-institucionalizada). Por outro lado, materializa-se aí a injunção de fazer significar o nome *Pontes e Lacerda* como uma invenção da urbanização da região fronteira, agenciada pelo Estado, o que constitui o imaginário de pertencimento à nacionalidade brasileira ao passo que circunscreve a cidade como um projeto nacional.

Em (4) essa injunção é materializada pela articulação semântico-enunciativa que mobiliza sentidos para significar a cidade pela evocação de um passado, de um gesto fundador:

Você vai entrar no clima tropical da região, com **temperatura agradável, ar puro** e muito verde. **O mesmo que devem ter sentido os**

astrônomos e cartógrafos Antônio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e Almeida, que aqui estiveram **em 1784 para elaborar a primeira carta geográfica** dos rios da região. (PREFEITURA MUNICIPAL, Pontes e Lacerda – Venha e tenha boas surpresas. S/d. grifos nossos).

Pelo gesto de compreensão que estamos constituindo, podemos dizer que o sintagma – **o mesmo** – na formulação acima aloca sentidos para sustentar um imaginário de pertencimento aos ideais de um projeto de interiorização da nacionalidade brasileira, cujo projeto é materializado no discurso sob forma de retrospectção ao século XVIII para significar o que atualmente é a cidade *Pontes e Lacerda*. Neste gesto de interpretação, o nome *Pontes e Lacerda* se apresenta justificado e fundante do processo histórico de formação da cidade.

Já em (3) a discursividade sobre o nome *Pontes e Lacerda* está evocada em: “O nome do Município *Pontes e Lacerda* **vêm dos cartógrafos e astrônomos, ANTONIO PIRES DA SILVA PONTES LEMES e FRANCISCO JOSÉ DE LACERDA E ALMEIDA**”; discursividade que põe em funcionamento gestos de interpretação potencializados pela articulação de duas construções semântico-sintáticas:

a) – *descobrir/ mapear/ dar nomes*, em:

Ambos (os cartógrafos) **tiveram a pedido da coroa portuguesa a função de descobrir, mapear e dar nomes** a todos os rios das Bacias Amazônica e do Prata, **com a finalidade de atribuir as terras e os limites territoriais entre Espanha e Portugal**, conforme determinava os Tratados de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777) [...].

b) – *fazer construir/ dar nome/homenagear*, em:

Em 1906 quando o Marechal Rondon fez construir o Posto de Telégrafos, **deu a ele o nome de "Estação Telegráfica Pontes e Lacerda"**, em **homenagem a aqueles que por aqui passaram** acerca de 122 anos antes e desenharam os mapas da região.

As regularidades que encontramos na discursivização sobre o nome *Pontes e Lacerda* apontam, nos textos que se circunscrevem como material informativo, que falar sobre *Pontes e Lacerda* como nome da cidade demanda dizer/fazer significar o Estado Nacional brasileiro enquanto “responsável”, enquanto “agente” do processo de ocupação e de urbanização da cidade. Em outras palavras, dizer sobre o nome da cidade, nas condições analisadas, é falar em uma dada formação discursiva, na qual o Estado intervém com toda força. Desse modo, fala-se a partir de uma memória institucionalizada, uma memória da palavra escrita que afeta, organiza e interdita a interpretação sobre sujeito/espaço/sentidos que circunscrevem a região

fronteira. Esquemáticamente podemos apresentar a relação de sentidos que constitui o discurso sobre o nome da cidade:

A: um porto=>B: o Porto Fluvial criado pelos astrônomos =>C: Posto dos Correios =>D: o nome PONTES E LACERDA => ? Vila dos Pretos (...) => Y: constituição de um distrito => X: constituição do município => Z: imaginário de criação da cidade pela memória institucionalizada (palavra escrita).

Afetado por essa memória institucional, o sujeito do discurso só repete, pois depara com o que pode e deve ser dito e interpretado. Ao discursivizar sobre o nome *Pontes e Lacerda*, essa posição-sujeito, afetada pelo fazer pertencer ao imaginário de nacionalidade brasileira, silencia os conflitos sociais da história, silencia e interdita imaginários para a instabilidade do território de fronteira instaurada anteriormente à constituição de uma territorialidade brasileira, silencia também a disputa por terras que fortemente alimentou a migração para a região, além de excluir sujeitos que participaram do processo de ocupação dessa territorialidade fronteiriça, como os índios *Nambikwaras*, que já moravam na região, e os negros, que dentre outros habitaram a primeira vila onde viria constituir, tempos depois, a cidade de *Pontes e Lacerda*. Enfim, interdita tudo aquilo que é avesso à constituição do nome do pai, ou seja, trabalha a legitimação do nome formulado pelo Estado.

Parafraseando Orlandi (1995, p. 35), o silêncio é a possibilidade de o sentido ser outro. O silêncio, materializado no discurso sobre o nome *Pontes e Lacerda*, é marca de *arranjo de unidades*, de construção de um imaginário: um gesto de fazer-se pertencido pelo Estado Nacional ancorado por uma memória da palavra escrita, portanto, o discurso sobre o nome *Pontes e Lacerda* nos aparece investido da necessidade de que a cidade (se) signifique enquanto espaço brasileiro (e urbanizado como tal). Nesse funcionamento político ideológico, significar a criação da cidade pela carta geográfica e o pertencimento à nacionalidade brasileira torna-se ponto de ancoragem discursiva para sujeito/espaço, pois inventa condições para produzir a história de fundação inscrita nessa memória (do Estado). Portanto, é uma invenção (im)posta como fundante para a cidade de Pontes e Lacerda pelo modo como se diz.

2.2 Um contraponto: imaginário sobre *Pontes e Lacerda* na Arte - efeitos de sentidos em *Os Matadores* (1997)

A partir da compreensão de que a palavra escrita afeta o modo de significar a cidade nos dizeres institucionalizados, ficamos intrigados a confrontar a memória mobilizada na discursividade sobre o nome *Pontes e Lacerda* com materialidades que jogam outras possibilidades de interpretação. Assim, a circulação do nome *Pontes e Lacerda* no filme *Os Matadores* (1997), dirigido por Renato Bulcão e Beto Brant, interessa-nos enquanto possibilidade de interpretação outra. Considerando a divisão do trabalho da/sobre a interpretação (conforme vimos em Orlandi 2008)¹⁰, o filme enquanto linguagem cinematográfica possui um espaço de dizer ‘descompromissado’ com o efeito de verdade (textos considerados como instáveis), isso o coloca fora do imaginário da produção da “literalidade” que ecoa na sociedade atual, e nessa perspectiva, o filme se inscreve enquanto ficção.

Em *Os Matadores* a linguagem cinematográfica tematiza a fronteira por uma projeção de um mundo, ou melhor, pela construção/invenção de um território marcado e gerido pelos matadores, também conhecidos como ‘pistoleiros de aluguel’. Território esse revelado/inventado para o cinema em episódios que dialogam/entrecruzam com a conversa de dois matadores em um bar, à espera da vítima encomendada. No filme, o ‘serviço’ da matança é apresentado como profissão circunscrita na região de fronteira Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia.

São muitos os recursos trabalhados pela linguagem cinematográfica para a projeção de uma territorialidade fronteira para o cinema: cortes de cenas, inconclusões do encadeamento narrativo, *flash Back*¹¹ entre outros que estão para além do nosso domínio. Contudo, nosso recorte é pensar a questão da circulação do nome *Pontes e Lacerda* no filme, e para isso nos atemos ao modo como o imaginário sobre a região fronteira está significado em *Os Matadores* e como a cidade está posta em relação a esse imaginário, a partir da circulação de seu nome.

¹⁰ Ver página 27.

¹¹ Para efeito de nossa análise é interessante pensar o deslizamento de *flash back* para flash **back** que pode significar a volta do negro, do obscuro em cena.

Pelo modo como tomamos a linguagem em relação à incompletude, (cf. ORLANDI 1995)¹², acreditamos que descrever a materialidade verbal em *Os Matadores*, enquanto forma significante, nos permitirá compreender o funcionamento discursivo em que o nome *Pontes e Lacerda* circula, sem deixar de considerar aí que a linguagem verbal está posta em *relação a* outras formas de linguagem (cf. LAGAZZI 2009)¹³.

Pelas regularidades que constituem a linguagem em *Os Matadores*, podemos afirmar que uma territorialidade da fronteira é posta em jogo. De forma muito breve, descrevemos abaixo algumas marcas que vão construindo/inventando essa territorialidade:

- Uma territorialidade onde as identidades dos sujeitos fronteiriços se confundem:
[– *Consegue tirar o olho dessa china? Num é china, é japonesa! – É tudo a mesma merda!*]; [– *Se esse boliviano fosse tão bom assim! –Paraguaião! Se esse paraguaião fosse tão bom assim ...*].
- Territorialidade sob uma lei:
[– *Já matou alguém? – Claro!! (gargalhada). – Quantos? – Uma porrada!! – Gente nervosa aqui tem vida curta, lá de onde você veio também é assim? ham?*]; [– *Três tirambaço é ninguém ouviu nada! – Isso é assim mesmo, ninguém vê nada nestas horas*].
- Territorialidade com uma profissionalização da/na fronteira:
[– *Estamos sendo pago pra isto! Uma cagada aqui, você se fode!*]; [– *Num dá pra negar que foi um serviço de profissional (...)*]; [– *tá vendo o que dá ficar desatento neste negócio! Laranja! Só agora você notou que(...)*]; [– *Você não conheceu o desgraçado, o Múcio sabia tudo desta profissão (de matar)*]; [– *Primeiro serviço!?! Se preocupa em matar bonito não! Tem é que matar! Se for preciso, descarregue toda bala*].

¹² Orlandi (1995, p.36), em “O efeito do verbal sobre o não-verbal”, afirma que a relação do verbal não pode sobrepor ao não-verbal na produção de sentidos, pois a significação não se fecha ao linguístico: “A significação é um movimento, um trabalho na história e as diferentes linguagens com diferentes matérias significantes são partes constitutivas dessa história”.

¹³ Lagazzi (2009) mostra, pela análise de um documentário, recortes das formas significantes se entrecruzando para a produção de sentidos.

Em *Os Matadores*, a projeção de uma organização não é a do Estado, pois se projeta uma sistematicidade regida e administrada por um negócio (marginal) fronteiro, onde o espaço da fronteira está significado como um lugar sem lei, cuja única ordem é feita pela arma e pela profissão de matar. E nessa construção/invenção de sentidos para esse espaço fronteiro que o nome *Pontes e Lacerda* entra em circulação. Assim, o nome *Pontes e Lacerda* entra na construção/invenção do imaginário trabalhado no filme em uma cena de contratação de “um serviço”, quando Duão, interpretado por Stênio Garcia, está em um veículo na região de fronteira com um matador de encomenda, Múcio, interpretado por Francisco Diaz Rocha:

- *Calma, num tem pressa não, tem tempo! Olha o cara, (aponta para a fotografia da futura vítima) olha bem que é pra ir pegando raiva! Fica mais fácil assim! Usa esse aqui (entrega um revólver). Primeiro serviço! Se preocupa em matar bonito não! Tem é que matar! Se for preciso, descarregue toda bala.* (Duão por Stênio Garcia).
- *Num ti preocupes!* (Múcio por Francisco Diaz Rocha).
- *Terminado o serviço, vai pra **Pontes e Lacerda!** Loja do Marião! **Lá vão acerta** o resto com você!*
- ***Pontes e Lacerda**, Marião?*
- *Pronto!* (o pistoleiro saiu do carro)
- *Oh boliviano!!!! Sabe chegar em **Pontes e Lacerda**? (Zombando da articulação fonética)*
- *Sim, sei. E **boliviano** é a sua mãe!! Eu sou **paraguaio!***
- *Entoces, hasta luego paraguayo!!* (Transcrição de um trecho do filme *Os MATADORES*, lançado em 1997; grifos nossos).

Discursivamente, todo dizer se inscreve em uma memória para que faça sentido. O nome *Pontes e Lacerda* não está significado em *Os Matadores* como um nome qualquer. É um nome que significa um espaço fronteiro, um lugar de negócio(s) [– *Terminado o serviço, vai pra **Pontes e Lacerda.** ! Loja do Marião! Lá vão acerta* o resto com você!]. Assim, em um território onde as identidades se confundem – *paraguaio/boliviano/brasileiro* –, o nome *Pontes e Lacerda* identifica e localiza uma territorialidade: [– *Oh boliviano!!!! Sabe chegar em **Pontes e Lacerda?** – Sim, sei.*]. No jogo imaginário em que a língua vai configurando sujeito/espaço/sentido da/na fronteira em *Os Matadores*, o nome *Pontes e Lacerda* está potencializado a significar-se como espaço simbólico-administrativo, não do Estado, mas um administrativo filiado ao imaginário fronteiro tal como se materializa no filme, portanto, um espaço simbólico cuja ordem de sentidos apontam para uma (des)ordem/ausência do Estado.

Dizer/fazer circular o nome *Pontes e Lacerda* em *Os Matadores* evoca imaginário(s) inscrito(s) por uma relação sujeito/espaço/sentido não-dita pela memória institucionalizada, pois a linguagem cinematográfica aqui analisada joga com outro projeto de significar, outro

gesto de dizer sujeito/espço/sentidos fronteiriços. Assim, o nome *Pontes e Lacerda* está dito/significado a partir de um imaginário outro sobre a fronteira, no qual um espaço da cidade – *loja do Marião* – é significado por uma ordem marginalizada, a ordem administrativa da ‘matança’, construída a partir de um imaginário do fronteiriço, imaginário que ecoa entre falas desorganizadas, falas do cotidiano urbano na cidade seja como restropecto enunciativo, seja como atualização do imaginário.

Como dissemos, no contexto histórico de *Pontes e Lacerda* existiram fatos que fizeram produzir discursividades como a de *uma terra sem lei* na região. No início do processo de povoação em maior escala, principalmente na década de 70, a faixa de fronteira foi marcada pelos constantes conflitos por posse de terra, imperando uma forma de coronelismo, pelo qual eram contratados pistoleiros para vigiar as fazendas e resolver assuntos pendentes. Somado a isto, por ser região fronteiriça com a Bolívia, a cidade de *Pontes e Lacerda* funcionou como rota do tráfico de drogas e caminho de passagens de veículos roubados e levados ao país vizinho. De certo modo, instaurou-se uma ordem de subversão ao Estado, que impunha uma ordem social pelo temor. O imaginário de *Pontes e Lacerda* como um lugar sem lei, lugar de matança ecoou por muito tempo e ainda se materializa na atualidade em falas cotidianas sobre a cidade.

Ao fazer circular o nome *Pontes e Lacerda*, enquanto espaço da cidade, enquanto espaço de interpretação circunscrito no imaginário fronteiriço produzido/inventado no filme *Os Matadores*, os gestos de interpretação mobilizam uma memória discursiva que fura a organização de sentidos projetada pelo Estado, fura a memória de dizer a cidade evocada no discurso sobre o nome *Pontes e Lacerda* que analisamos neste capítulo. Dessa forma, podemos compreender que a circulação do nome *Pontes e Lacerda* no filme inventa/produz sentidos outros para a cidade em relação aos modos em que a região fronteiriça é dita e significada pela projeção urbanista do Estado, projeção esta que põe como gesto fundador a Carta Geográfica. Falam de posições discursivas diferentes, significam o espaço simbólico-político diferentemente. Funcionam outros imaginários. Seria possível, então, apreender o real da cidade?

III - GESTOS DE TERRITORIALIDADES: A ESPACIALIZAÇÃO DA LINGUAGEM EM PONTES E LACERDA

Ao constituirmos gestos de leitura pensando a relação sujeito/espço/sentidos mobilizamos noções da Análise de Discurso com as quais temos percebido como produzem/são produzidos sentidos sobre o espaço que circunscreve a cidade enquanto questão de interpretação que aí se põe. A cidade enquanto espaço de interpretação, enquanto espaço simbólico está investida de sentidos outros que se entrecruzam, que disputam espaços de significância pelo diferentes modos de linguagem.

Neste capítulo nos dedicamos a observar como o Estado trabalha a espacialização da linguagem em *Pontes e Lacerda* como possibilidade de confrontar a materialização da linguagem na cidade com os discursos sobre esse espaço. Conforme nos afirma Orlandi (2003, p. 21) “[...] a cidade é um espaço simbólico com sujeitos vivendo dentro” e, desse modo, pensar a espacialização da linguagem na cidade é buscar compreender os modos pelos quais os sentidos e os sujeitos se instituem na cidade.

3.1 Territorialidade em trânsito: sentidos pelas vias da cidade

A partir da relação sujeito/espço/sentido, olhar para a espacialização da linguagem em *Pontes e Lacerda*, considerada uma cidade pequena, com pouco mais de 40.000 habitantes, muito nos instigou a refletir discursivamente sobre os nomes das vias urbanas, ao percebermos que um número considerável de ruas e avenidas que cortam o atual centro da cidade traz nomes de estados brasileiros. O espaço urbano pontes-lacerdense é organizado em forma de quadras (como se vê na imagem abaixo), onde as vias que aparecem no sentido horizontal possuem o estatuto de ruas e as do sentido vertical, de avenidas.



(Imagem área de Pontes e Lacerda, disponível em <http://www.ponteselacerda.mt.gov.br/Banco-de-Imagens>)

A partir de um breve levantamento foi possível contabilizar onze vias urbanas com nomes de estados do Brasil. A partir disto, buscamos aqui compreender como esses nomes de ruas e avenidas produzem história de sentidos e faz significar uma memória de urbanização em *Pontes e Lacerda*. Como forma de analisar o modo pelo qual os nomes trabalham e se sustentam, a partir de uma memória discursiva, confrontaremos os sentidos mobilizados pelos nomes de estados com os nomes propostos por projetos de lei para renomeação de tais vias públicas, os quais não obtiveram êxito no cotidiano urbano.

Para compreender a significação destes nomes no espaço urbano no extremo oeste de Mato Grosso, gostaríamos de atentar para o aspecto do funcionamento dos nomes de rua enquanto efeito do discurso institucional e administrativo do Estado, conforme observa Guimarães (2005), ao estudar especificamente o funcionamento dos nomes de ruas pelo viés da semântica enunciativa, a que ele denomina Semântica do Acontecimento. Assim diz o autor:

Estes nomes [nomes de ruas] designam e referem ruas, na medida em que as identificam num certo processo social e histórico. E aqui o processo envolve uma relação de sentido entre a identificação dos espaços pelos nomes e sua localização, enquanto efeito institucional e administrativo. O nome de rua trabalha assim a identificação do espaço para pessoas e a localização destas pelo Estado. (GUIMARÃES, 2005, p. 95).

Considerando esse funcionamento do nome rua na relação de identificação e enquanto efeito administrativo e institucional podemos dialogar com a perspectiva que vê a cidade

enquanto espaço simbólico, espaço de interpretação conforme temos trabalhado, a partir da Análise de Discurso. Para esse diálogo, nos valemos das considerações de Orlandi (2000, p. 21), ao afirmar que “[...] a cidade é um espaço simbólico com sujeitos vivendo dentro”, pois, se nossa questão é pensar a relação sujeito/espaço/sentidos, podemos partir do pressuposto de que o modo como os nomes de vias públicas trabalham a identificação do sujeito/espaço para o Estado está circunscrito ao simbólico da cidade, portanto, produzem identificação para sujeitos que *vivem dentro* do espaço urbano, ou seja, não se trata de algo da ordem do empírico, falamos de uma construção na/pela linguagem. Vale ressaltar que essa observação não é um deslocamento em relação aos estudos de Guimarães, pois ele se inscreve em uma posição que permite compreender que a linguagem fala de algo e o que se diz é construído na linguagem. Nosso gesto é tomar a questão dos nomes pelo viés discursivo a fim de contribuir com nossas reflexões sobre *Pontes e Lacerda* enquanto espaço de interpretação e buscar compreender processos de identificação materializados pelo modo de nomear, pois, discursivamente, o processo de identificação se dá pelo movimento da língua na história:

[...] não há identificação essencial mas processo de identificação. O que nos permite dizer que não há identificação plena. Há existência que pesidem os processos de identificação. Portando sujeito à historicidade, à falha, ao equívoco. Ao movimento e ao possível. E é assim que o analista de discurso pensa identidade. (ORLANDI 2011, p. 11).

Assim posto, torna-se produtivo pensar a historicidade de sentidos que constitui os nomes de Estados como identificação de ruas e avenidas em *Pontes e Lacerda* e com isto fazer uma leitura dos efeitos de sentidos de organização e de institucionalização do espaço urbano da cidade¹⁴. Vale lembrar, que se trata de uma cidade situada na faixa de fronteira Brasil/Bolívia, o que implica dizer que falamos de um lugar onde limites de domínios político-administrativos se colocam desde o período colonial, quando portugueses e espanhóis disputaram a posse da região.

A nomeação de vias públicas pela qual aqui nos interessamos se deu por volta de 1970, quando a CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – assumiu a responsabilidade pela regulamentação do aspecto urbano do então território de Vila Bela da Santíssima Trindade, hoje, *Pontes e Lacerda*. Relembramos que a partir desta década

¹⁴ Orlandi (1999), em *N/O limiar da cidade*, discute a relação da cidade com o urbano e aponta que o urbano sobredetermina a cidade, assim, a cidade é significada pelo modo pelo qual o urbano faz ver a cidade pelas diretivas da organização do espaço e do social.

a localidade passou a sofrer efeitos das políticas de ocupação, ou seja, uma grande massa de migrantes de vários estados do Brasil, principalmente de Minas Gerais e de São Paulo chega à região. Depois da abertura de ruas e com o aumento considerável de construção de casas, foi preciso identificar e administrar a localização dos moradores. Para identificar esses espaços era necessário, então, nomeá-los, significá-los como espaço urbano pelo discurso administrativo. Nessa conjuntura histórica, o político-administrativo dá início à nomeação dos logradouros urbanos com nomes de estados brasileiros. A tentativa de renomeação desses nomes ocorrerá tempos depois, quando o então distrito de *Pontes e Lacerda* se emancipa e aí se constitui o poder legislativo e executivo local. É o movimento na língua e na história que nos interessa aqui.

Na conjuntura em que se dá a nomeação pela CODEMAT, temos como já-dito, já-institucionalizado em outro lugar os nomes de estados brasileiros que fazem divisa com Mato Grosso, como *Goiás, Amazonas*; estados nordestinos, como *Bahia, Sergipe, Pernambuco e Ceará*; estados do sudeste, como *São Paulo e Minas Gerais*, estados sulistas, como *Paraná e Rio Grande do Sul*, e o próprio estado de Mato Grosso. Esses nomes filiam-se a gestos de homenagem à origem (territorial) dos migrantes que se instalaram no município de *Pontes e Lacerda*. Assim, do ponto de vista discursivo, esses nomes constituem uma dispersão de sentidos nas formulações em que são ditos.

O gesto de identificar o espaço da cidade, por meio de nomes já oficializados enquanto nomes de unidades federativas do Brasil, funciona aí como efeito de nacionalidade materializado na identificação do Estado, gesto de significar o espaço urbano fronteiriço como uma territorialidade brasileira. Isto nos aponta indícios para o funcionamento de um sítio de significação que afeta o modo como o sujeito (se) identifica ou está identificado o/no espaço urbano de *Pontes e Lacerda*. O gesto do administrativo aponta um nomear afetado pelo imaginário de unidade nacional, que seria a constituição de uma territorialidade brasileira. Vemos aí, que os nomes atribuídos ao espaço urbano são determinados por uma história de políticas de ocupação, e para além de um efeito administrativo e localizador, é uma invenção de sentidos de estar/ser do Brasil pelo modo como os nomes de ruas e avenidas se materializam. A repetição dos nomes de estados os quais já identificavam outras relações de territorialidades brasileiras materializa sentidos de uma historicidade da urbanização projetada por políticas de ocupação do Oeste do Brasil.

Como falamos no início, posteriormente a emancipação da cidade de *Pontes e Lacerda*, foram aprovados projetos de leis do legislativo para renomeação de algumas vias públicas que trazem nomes de Estado, como podemos ver nos documentos abaixo:

LEI Nº. 17/84.

"Da nova denominação à Rua Rita Gajardoni, na atual Rua Goiás, nesta cidade".

DIONIR DE FREITAS QUEIROZ, Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Rita F. Gajardoni, à atual Rua Goiás, nesta cidade.

Art. 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontes e Lacerda-MT, 16 de abril de 1.984.

(a) DIONIR DE FREITAS QUEIROZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 18/84.

"Da a denominação de Rua Sebastião Fante, a atual Rua Amazonia, nesta cidade".

LEI Nº. 19/84.

"Da a denominação de Rua Joaquim Andreilino, a atual Rua São Paulo, nesta cidade".

Disponível em: <http://www.ponteselacerda.mt.gov.br/leis>

Mesmo com a constituição dos três poderes na localidade, as leis de renomeação votadas pelo legislativo e sancionadas pelo executivo não produziram eco no espaço urbano. Retomemos aqui a compreensão de que a identificação é um processo presidido pelas condições de existência para que materialize (cf. ORLANDO 2011) e, a partir desse pressuposto queremos fazer algumas considerações analíticas sobre o gesto de renomeação pelas condições de produção que aí se inscrevem. Primeiro, o gesto de renomear pode

significar um movimento de re-identificação pelo administrativo e/ou sintoma de uma necessidade de laços que singularizem Pontes e Lacerda. Os nomes propostos para renomeação das vias têm o gesto de homenagear personagens de uma determinada ‘história local’. Considerando o gesto aí instaurado, a emancipação parece ter produzido no administrativo-político (municipal) a injunção de significar o espaço urbano como pontes-lacerdense pelo sentido de particularização e constituir, desse modo, uma memória local de urbanização ancorada em laços singulares. Efeitos de sentidos dessa memória se materializaram em muitas nomeações dos espaços urbanos de *Pontes e Lacerda*, contudo, para as ruas e avenidas identificadas com nomes de estados brasileiros, a relação com a nacionalidade e com a memória de migração se manteve. Os projetos de leis para renomeação não obtiveram êxito como prática urbana.

Ao refletir sobre os modos de nomear/renomear, podemos dizer que a espacialização da linguagem pela nomeação aponta um embate de sentidos urbanos marcada pela reorganização institucional distrito/cidade/estado/país, em que o real é apreendido pela relação linguística de sentidos que joga com relação sujeito-morador/país (nomes de Estados) e sujeito-morador/cidade (nomes propostos pela renomeação). Na prática linguageira urbana, os nomes de Estados se mantêm, e desse modo, diríamos que condições históricas sustentaram/sustentam a identificação das referidas vias públicas pelo imaginário de unidade nacional, ou seja, a identificação sujeito/espaço/sentidos ganhou significância material nas quais, pela contradição, as territorialidades brasileiras soam como unidade nacional.

Em um espaço de interpretação, cujo território circunscrito fora alvo de disputa, os efeitos de sentidos do gesto de nomear o espaço urbano em *Pontes e Lacerda* marcam o trabalho de intervenção do Estado para a produção de história de urbanização e de institucionalização da região de faixa de fronteira. Pelo que precede, podemos dizer que o gesto do Estado em nomear as vias encontrou condições materiais de existência e materializou um lugar de produção de memória (o imaginário de integração da nacionalidade) e interdição de sentidos outros (a não-renomeação para sentidos da história local) pelo movimento na língua e na história.

3.2 A espacialização do discurso da *felicidade* em *Pontes e Lacerda*

Depois de refletir sobre a materialização dos nomes de Estados brasileiros no espaço urbano pontes-lacerdense, percebemos também que o discurso sobre a *felicidade* tem sido

uma prática constante nos dizeres institucionais e, de certo modo, aponta para uma espacialização de sentidos na cidade. Diante desse sintoma, tomamos a discursividade sobre a *felicidade* como parte do nosso gesto de leitura que se norteia pela relação espaço/sujeito/sentidos na cidade questionamos: *o que significa o discurso do Estado, que é o do administrativo, poder dizer a cidade pela felicidade?*¹⁵ Para analisar o discurso sobre a *felicidade* no/do espaço simbólico que contempla *Pontes e Lacerda* tomamos como *corpus* os dizeres “*Pontes e Lacerda: aqui a felicidade faz morada*”; “*aqui o que importa é ser feliz*”; “*até a tristeza pula de alegria*”; *Projeto Feliz Idade e Projeto Felicidade não tem cor*.

Atentaremos para o modo como esse discurso trabalha a questão da espacialidade para *Pontes e Lacerda* e como se configura aí espaço/sujeito pontes-lacerdense. Vale dizer novamente que, para nós, as relações de sentidos se constituem histórico-ideologicamente e se materializam na linguagem, portanto falamos de uma espessura – o simbólico. Nessa conjuntura, vemos que o processo de significação é aberto, sentidos e sujeitos são incompletos e, por isto, necessitamos dizer, determinar, estabelecer relações de sentidos e administrá-los.

De um lado, os fatos reclamam sentidos, de outro, os sujeitos não podem não interpretar. Eles estão condenados a significar. Há assim as necessidades que regem essas relações: de um lado a necessidade que tem todo sujeito de dominar sua relação com os sentidos, ainda que imaginariamente, de outro, a necessidade que tem toda sociedade de administrar esta relação sujeito. (ORLANDI 2004, p. 25).

Tomamos a interpretação como constitutiva do processo de significação e procuramos percebê-la à luz da teoria, uma vez que o gesto de interpretação é apagado pelo trabalho da ideologia na língua. Dessa forma, ao dizer, há sempre outros sentidos possíveis. Pela Análise de discurso faz-se compreender os gestos de interpretação, mostrando como a relação histórico-ideológica (a memória) constitui os sentidos. Essa reflexão possibilita-nos o confronto com a materialidade do simbólico.

Assim pela análise dos nomes, nosso procedimento de análise é o de confrontar as relações de sentidos instauradas nas materialidades que constituímos como *corpus*, tomando a noção de paráfrase e de polissemia, em Orlandi (1998), conforme discutimos anteriormente. Pensando o sentido como *relação a*, o mesmo e o diferente constituem-se mutuamente em tensão. É a relação tensa entre o mesmo e o diferente que sustenta o processo de significação.

¹⁵ Pergunta formulada pela prof. Dr. Suzy Lagazzi no processo de qualificação do trabalho .

“E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e ao se dizer que sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” (ORLANDI, 2009, p. 36).

Começamos a análise pelo *slogan* “*Pontes Lacerda: Aqui a felicidade faz morada*” – exposto em *banner* na Feira Internacional de Pesca (FIP), realizada em maio de 2010, em Cáceres-MT.

No evento, de cunho internacional, havia um espaço destinado à exposição de várias cidades mato-grossenses, dando visibilidade as suas histórias, suas culturas, suas potencialidades econômicas e turísticas. Discursivamente, podemos pensar, então, que as cidades ali representadas se dizem, se significam e são significadas a partir da configuração de um espaço de dizer que é a exposição em *standers*. Interessa-nos pensar como o discurso sobre a *felicidade* é tomado para significar *Pontes e Lacerda* nesse espaço de dizer, uma vez que há a projeção de uma imagem da cidade para todos os participantes do evento.

A condição de produção, dada pela relação de competição na qual cada cidade constrói uma imagem de si, faz instaurar uma relação de oposição entre as cidades que ali (se) significam, as quais disputam um mesmo efeito comunicativo – dar visibilidade ao espaço que circunscreve a cidade pela linguagem ali materializada. O *slogan* “*Pontes e Lacerda: aqui a felicidade faz morada*” – é a formulação que organiza sentidos para a cidade em estudo, cujo dizer é assinado pelos logotipos da Prefeitura Municipal de *Pontes e Lacerda* e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

Considerando o espaço de dizer instaurado, os logotipos podem produzir efeitos de sentidos no modo de significar a cidade. Em uma sociedade como a nossa, na qual o Estado se organiza em instituições hierárquicas, a assinatura da prefeitura juntamente com secretaria local legitima-se como posições autorizadas a administrar o espaço da cidade e produz um *status* jurídico do dizer. Em outras palavras, há um *eu* autorizado que toma a posição responsável pelo espaço urbano ali representado. Então, as condições discursivas em que aparecem os logotipos das instituições apontam a posição discursiva que assume o dizer. Vale acrescentar que enquanto analista de discurso, quando dizemos posição, não nos referimos ao lugar empírico que as instituições assumem – a prefeitura e/ou a secretaria – falamos e consideramos os efeitos de suas projeções no meio social já significados no modo de dizer. Nas palavras de Orlandi (2009, p.40):

[...] não são os sujeitos físicos nem seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso.

Em um espaço de dizer institucionalizado, como o instaurado no *FIP*, a produção de sentidos no/sobre o espaço da cidade é administrada, de modo que a legitimidade do dizer no espaço social funciona pelo poder/dever dizer constituído nas formações discursivas. Orlandi (2003, p. 59) considera que “[...] há um percurso social, historicamente constituído, da significação em que está inscrita a relação entre os diferentes lugares sociais da interlocução com seus poderes de significação desiguais, projetados no discurso”. O jogo das relações de forças e o imaginário jogam com as formações discursivas produzindo, desse modo, um efeito do poder/dever dizer. Nas palavras de Orlandi:

São posições discursivas, relativas às formações discursivas, em que jogam a responsabilidade do dizer (poder/dever dizer), a autonomia visível do sujeito e seu estatuto jurídico que não é apenas enunciativo ou argumentativo mas discursivo, pois o sujeito da linguagem é um sujeito histórico, em que as relações de poder são politicamente simbolizadas. (Orlandi 2004: 59)

A posição discursiva é histórica e simbolicamente constituída pelas relações de poder já estabelecidas pelo Estado. Nesse sentido, a posição discursiva, que diz – “*Pontes e Lacerda: aqui a felicidade faz morada*” – constitui-se como efeito de poder/dever dizer sobre o espaço em que se inscreve a cidade. O jogo de sentidos passa por essa condição. Os efeitos de sentidos poderiam ser outros se, nas mesmas condições de produção, encontrássemos um cidadão morador dizendo sobre a espacialidade de *Pontes e Lacerda*.

Pelo que podemos analisar, a posição discursiva (a do Estado) instaurada produz os efeitos de sentidos em – “*Pontes e Lacerda: aqui a felicidade faz morada*”. Considerando isto, o “aqui” aponta uma oposição a um “lá”. O não-dito significa aí – a *felicidade* não *faz morada* “lá”, *faz* “aqui”. Os efeitos de sentidos potencializados pelo escopo do “aqui” produzem, no funcionamento discursivo, uma oposição com outras cidades que também se diziam no evento. Esse funcionamento põe em jogo um gesto de interpretação que toma o discurso sobre *felicidade* como condição *a priori* da espacialidade que circunscreve a cidade pontes-lacerdense. Dada a posição discursiva que sustenta o dizer, mais uma vez vemos um gesto de invenção para um modo de dizer a cidade.

O funcionamento discursivo instaura o efeito de evidência de forma que a relação de sentidos para a *felicidade* pareça como condição *a priori* da cidade, apagando assim, os gestos de interpretação que mobilizam sentidos para um modo de falar sobre *Pontes e Lacerda* entre outros, que por sua vez significa também o sujeito pontes-lacerdense. Ou seja, é uma discursividade que trabalha a relação sujeito/espço/sentidos e produz um modo de o Estado poder dizer a cidade numa posição em que se fala de fora da responsabilidade política-social.

Uma explicitação de formulações a partir do efeito parafrástico (o mesmo pelo diferente, dito de outra forma) nos possibilitará dar visibilidade ao modo como os sentidos são mobilizados no *slogan*:

Pontes e Lacerda: aqui a *felicidade* faz morada;

Pontes e Lacerda: lá a *felicidade* não faz morada;

Pontes e Lacerda: quem faz morada aqui é pontes-lacerdense;

Pontes e Lacerda: aqui pontes-lacerdense/*felicidade* faz morada;

Pontes e Lacerda: aqui o cidadão que faz morada faz *felicidade*;

A partir da relação de sentido mobilizada, percebemos que o discurso da *felicidade* produz um efeito de preenchimento de um espaço que circunscreve a cidade de *Pontes e Lacerda* e, instaura assim, um sujeito pontes-lacerdense colado nessa espacialidade, o que nos faz lembrar do que afirma Orlandi (2003, p. 21) “[...] a cidade é um espaço simbólico com sujeito vivendo dentro”. O gesto de interpretação instaurado no *slogan* projeta um sujeito pontes-lacerdense dito/significado pela *felicidade*. Neste efeito de sentido, negar a *felicidade* tal como está dito, é negar um modo já dado para a cidade. Não (se) produz aí historicidade de sentidos, como se a linguagem fosse transparente e como a identificação não prescindisse de condições materiais. O jogo discursivo sujeito/espço/sentidos, instaurado no FIP, produz o ideal do pontes-lacerdense – um sujeito a-histórico, constituído de sentidos saturados que engessam outras formas de produzir identidades para os sujeitos da cidade. De que modo esse dizer se sustenta em uma memória?

Conforme Orlandi (2009), a posição (qualquer que seja) pela qual o sujeito diz é ideologicamente *constituída*. Essa condição é determinante no processo de significação. Assim, compreendemos que o efeito de sentidos projetado para a espacialidade já é determinada por condições discursivas. Nessa perspectiva, a construção de um espaço simbólico para a cidade de *Pontes e Lacerda*, no evento *Internacional de Pesca*, poderia ser projetada a partir do discurso do desenvolvimento, da tecnologia, da agropecuária, enfim, a imagem projetada poderia estar circunscrita em outros discursos possíveis. Por outro lado,

reconhecer isso não significa que os sentidos poderiam ser qualquer um. A relação de sentidos (se) constitui pela condição de produção.

Desfazer o efeito de evidência, percebendo um modo de dizer a cidade atravessado pelo discurso sobre *felicidade*, possibilitou-nos produzir um gesto de interpretação que constrói sentidos sobre a cidade num dado espaço dizer. Para nós, esse gesto é um efeito de um movimento discursivo que se espacializou para *Pontes e Lacerda*.

Como já vimos em Orlandi (2009, p. 39), “[...] os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim para dizeres futuros”. Parafrasticamente ao discurso analisado até o momento, em 2009, o mesmo funcionamento discursivo espaço/sujeito/sentidos constitui o dizer: “aqui o que importa é ser feliz”, materializado em um vídeo institucional que circula na rede, o qual divulga a festa de peão, considerada o maior evento social realizado na cidade¹⁶. Para análise deste funcionamento discursivo, transcrevo abaixo o fragmento inicial do referido vídeo:

O Brasil inteiro já conhece a capital do rodeio mato-grossense. ***Pontes e Lacerda***, estado de Mato Grosso. Desta **terra**, famoso é seu povo que entre crises se supera e continua progredindo, grande é a sua importância para o agronegócio brasileiro, gigante é sua paixão por essa arena. Nela, a família lacerdense se inspira, aprende com os astros do rodeio que a disputa é acirrada, é preciso coragem, força e muita vontade de vencer. **Aqui o que importa é ser feliz.** [...] 17^a Expoeste: até a tristeza pula de alegria, afinal sem alegria não há superação. Realização: Sindicato Rural de *Pontes e Lacerda*.

Nesse excerto, percebemos que *Pontes e Lacerda* é inventada como capital do rodeio mato-grossense. Esta inscrição produz uma outra forma pela qual a cidade (se) significa, a qual analisaremos no próximo capítulo. Por ora, o nosso recorte é compreender o funcionamento do discurso sobre *felicidade* que aí se materializa. Procuraremos fazer isto, primeiramente, pela análise da relação de sentidos mobilizada, considerando a condição de produção instaurada.

O Sindicato Rural de *Pontes e Lacerda* projeta, enquanto instituição social, uma interpretação para sujeito/espaço/sentido a partir de sua condição de dizer. Vale lembrar que discursivamente pensamos o efeito da projeção do lugar pelo qual se diz posto na relação social, entendimento que pode ser compreendido pelas palavras de Orlandi (2009, p. 40): “[...] como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força,

¹⁶ No próximo capítulo analisaremos o modo como o discurso sobre esse evento, a festa de peão, está para produção de identidades.

sustentadas no poder desses diferentes lugares, que fazem valer na comunicação”. Assim posto, diríamos que ao dizer – “aqui o que importa é ser feliz” – o dêitico “aqui” aponta uma inscrição à posição sujeito pontes-lacerdense ou fala como tal. A força da relação social que o sindicato representa instaura um *eu* legitimado a ‘fazer valer o dizer’. Isto projeta efeitos discursivos, sustentando o *status* do poder/dever dizer sobre espacialidade como sujeito pontes-lacerdense. O gesto instaurado nessa formulação também potencializa o efeito de sentidos de uma posição autorizada a dizer, interpretar o espaço da cidade.

No funcionamento linguístico, a dizibilidade sobre o morador da cidade é formulada como um sujeito ideal, pois se sustenta no discurso sobre *felicidade* – “aqui o que importa é *ser feliz*”. A materialidade produz um ideal do *ser* pontes-lacerdense como aquele que (se) diz a partir de uma identificação com o espaço que circunscreve a cidade: ***Desta terra, famoso é seu povo que entre crises se supera e continua progredindo/ gigante é sua paixão por essa arena/ Nela, a família lacerdense se inspira/ Aqui o que importa é ser feliz.*** As regularidades em destaque apontam como a relação sujeito/espaço mobiliza sentidos identitários e possibilita perceber o modo como organiza gestos de interpretação – *desta terra/seu povo; gigante é sua paixão/essa arena; nela/se inspira; aqui/ser feliz.*

Nessa organização de sentidos uma territorialidade para a cidade é instaurada. Assim, vemos em – “aqui o que importa é ser feliz” – o funcionamento da espacialidade discursiva: o “aqui” produz a mesma relação de oposição a um “lá”, como analisamos anteriormente, seu escopo particulariza sentidos, excluindo outro espaço que não seja o que contemple *Pontes e Lacerda* e o pontes-lacerdense.

Aqui o que importa é ser feliz;
Aqui o que importa é ser desta terra;
Aqui o que importa é ser o povo que entre crise se supera e
continua progredindo;
Aqui o que importa é ser dessa arena;
Aqui o que importa é ser inspirado/é ser feliz

O espaço simbólico da arena e do rodeio é circunscrito como espacialidade de *Pontes e Lacerda*, assim produz-se um ideal para o sujeito de *Pontes e Lacerda* sustentado também pelo discurso de *felicidade*. O próprio *slogan* do evento repete o gesto de interpretação que se sustenta nesse funcionamento: “17ª Expoeste: Até a tristeza pula de alegria”.

Ao confrontarmos os sentidos materializados no dizer – “aqui a *felicidade* faz morada” – dito no FIP de Cáceres – e no “aqui o que importa é ser feliz”, percebemos que ambos produzem o mesmo discurso sobre *felicidade* para *Pontes e Lacerda*. Desta forma, podemos

afirmar que os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso sobre *felicidade* saturam os modos pelos quais a cidade é dita pelo dizer institucionalizado, o discurso do Estado.

Para não ficarmos apenas nestas duas formulações trabalhadas até aqui, observaremos outras materialidades que reverberam efeitos desse movimento discursivo do discurso sobre *felicidade* em *Pontes e Lacerda*. Nestas materialidades, nomes de projetos e campanhas sociais da cidade materializam efeitos de espacialização da discursividade sobre a *felicidade*. Sem a pretensão de questionar os méritos destes projetos, nossa questão é analisar os nomes enquanto produção de sentidos. Os nomes dos projetos – *Projeto Feliz Idade* e *Projeto Felicidade não tem cor* – produzem o mesmo funcionamento discursivo que observamos nas formulações anteriores. *Felicidade não tem cor* é um projeto escolar que propõe o combate ao preconceito racial na cidade. A partir do modo como buscamos compreender a significação do espaço, podemos analisar que o nome do projeto – *Felicidade não tem cor* – organiza gestos de interpretação para a espacialização do discurso sobre *felicidade* para sujeitos que ali se inserem. Confrontando esse nome com as formulações já analisadas, percebemos regularidades discursivas para a relação sujeito/espaço/sentidos, mediada pelo discurso sobre a *felicidade*. No caso do projeto, o nome organiza sentidos para apagar as diferenças que o processo de urbanização da cidade produz, uma vez que, pelas condições sócio-históricas, diferentes valores étnico-culturais se põem no processo de urbanização da cidade, como a marginalização do negro e do índio no processo de fazer significar a constituição da cidade, como vimos no primeiro capítulo.

“Feliz Idade” é o nome de um projeto, da Secretaria de Assistência Social e Trabalho do município, que oferece atividades sociais aos idosos. Para uma questão de história dos sentidos, é interessante dizer que esse projeto era nomeado de “Projeto Reviver”, mas, a partir de 2005, passou a ser nomeado de “Projeto Feliz Idade”. Também vemos aí um gesto (materializado no nome) que potencializa os efeitos de sentidos para colocar o idoso, historicamente marcado pela exclusão, dentro de uma espacialidade ‘preenchida’ pelo discurso da *felicidade*.

Retomando a noção de paráfrase e polissemia, lembramo-nos sucintamente que a paráfrase está para [...] “o Mesmo: apesar da variedade da situação e dos locutores, há um retorno ao mesmo espaço dizível”, enquanto a polissemia está para produção do diferente, pois, [...]“nas mesmas condições de produção imediatas (locutores e situação) há um deslocamento, um deslizamento de sentidos”. (ORLANDI 1998, p. 15). A partir disso, podemos dizer que “Feliz Idade” / “*Felicidade não tem cor*” / “*Pontes e Lacerda*: aqui a

felicidade faz morada”/ “aqui o que importa é ser feliz” são modos de dizer que põem em funcionamento um mesmo espaço dizível, a mesma discursividade para a espacialidade dos pontes-lacerdense. A reiteração desse discurso a-histórico nos parece silenciar questões de fronteira posta ao Estado, como segurança pública e ausência de infraestrutura básica.

Segundo Orlandi, “a *cidade* é um espaço simbólico com sujeitos vivendo dentro”. Assim, se o discurso sobre *felicidade* vai espacializando sentidos para a cidade, mesmo pela saturação de sentidos, o sujeito pontes-lacerdense passa a ser significado por sua relação com tal espacialidade. A repetição dessa relação constrói um efeito de territorialidade a-histórica para o sujeito pontes-lacerdense a partir de uma invenção de sentidos. O confronto discursivo que aqui produzimos apontou-nos que a materialização de um sujeito ideal pontes-lacerdense põe em jogo um apagamento da relação histórica desse sujeito. É um modo de dizer sujeito/espaço/sentidos, esvaziado de condições materiais, que não toca o real da cidade.

IV A CIDADE PARA/PELO TURISMO

Conforme Orlandi (2004), a cidade é o espaço onde habitam os conflitos de classes e valores, onde as diferenças dividem espaços, ou seja, a cidade se constitui pelo político determinando as relações (contraditórias) no espaço social. Em outras palavras, a cidade tomada enquanto linguagem aponta para o funcionamento de uma sistematicidade que produz a organização sobre as unidades no/do espaço urbano, produzindo o imaginário sobre cidade. Assim, como já temos falado, interessa-nos compreender como o imaginário produz sentidos em relação ao real da cidade. Para este propósito, o trabalho do analista incide em desnaturalizar sentidos que engessam o modo de ver e dizer a cidade, uma vez que discursos dominantes intervêm na interpretação sobre o espaço urbano, produzindo o *sensu comum* que determina o modo como a cidade é significada.

É movido pela busca de compreensão de modos pelos quais a cidade é dita e significada e com isso dar visibilidade a não estabilidade de sentidos e não apreensão do real que iniciamos nosso gesto de escuta de sentidos para a cidade. Neste último capítulo, debruçamo-nos sobre os dois modos pelos quais *Pontes e Lacerda* tem sido divulgada: um, pelo discurso ecológico, e outro, pelo discurso sobre a festa de peão.

Pensando nos modos de dizer a cidade como possibilidade de versão, invenção de sentidos, analisaremos como a cidade é dita e significada nos materiais de divulgação, visando a compreender os efeitos de sentidos postos para o simbólico-político da cidade como forma torna visível a organização (produção de imaginário) na relação com o real da cidade.

Em estudos sobre o real e o imaginário da cidade, Zoppi-Fontana em “Cidade e discurso – paradoxos do real, do imaginário, do virtual” (1998, p. 49) afirma que:

No entremeado de discursos que interpretam e significam o espaço urbano, organizados como saberes especializados, intervêm de maneira dominante, legitimando certos gestos de interpretação que se tornam programas de intervenção na cidade, responsáveis não só pela organização física e jurídica do espaço urbano, mas, sobretudo, por um determinado “sensu comum” em relação à configuração da cidade e à relação que o sujeito estabelece com ela.

4.1 Pontes e Lacerda pelo discurso ecológico-turístico: reinvenção da cidade?

Nosso gesto analítico incide agora em compreender o modo como *Pontes e Lacerda* é dita/divulgada em discursividades com fins turísticos e ‘ecológicos’, uma vez que esse funcionamento tem se tornado um modo administrativo recorrente de falar da cidade. Assim, considerando a formulação e a circulação de sentidos, tomamos como materialidade de análise dois fôlderes, intitulados “*Pontes e Lacerda: venha e tenha boas surpresas*” / “*Rio Guaporé: Pontes e Lacerda – Mato Grosso*”. A partir dessas materialidades nossa análise busca compreender como se dá a invenção de sentidos pelos quais a cidade é divulgada e analisar o que significa o administrativo pode dizer a cidade para o turismo.

Começemos por compreender primeiramente a conjuntura do discurso ecológico na atual sociedade, haja vista que, nas últimas décadas, esse discurso tem se tornado mote discursivo para as administrações municipais do social.

Ao estudar sobre o discurso ecológico, Orlandi (2005, p. 163) analisa seu funcionamento na atualidade:

Assim como a catequese serviu, no período de colonização, à produção de uma tecnologia para administração do território brasileiro, com a “globalização” a política de territórios se organiza com os discursos Ecológicos. Agora em uma perspectiva interacionista. Consideramos pois, os discursos ecológicos como parte da tecnologia de administração dos territórios, tendo a globalização como suporte ideológico. Na Idade Média, a religião representa a ideologia dominante. No Estado Burguês, esse lugar é dado ao conhecimento, à racionalidade que se organiza pelo jurídico. Do mesmo modo que a catequese serviu à Religião e ao Poder, a Ecologia serve ao Conhecimento e ao Poder, com a passagem já realizada para um sistema em que o Estado se caracteriza por ser um Estado Moderno administrando os direitos e deveres dos cidadãos.

Em nossa sociedade positivista, a racionalidade e o conhecimento sustentam a administração do espaço público, possibilitando o domínio do espaço social. Por essa mesma via, o discurso ecológico serve-se dessa “racionalidade” e dos “conhecimentos” positivistas para produzir condições de domínio do espaço social e, dessa forma, operar enquanto tecnologia da administração dos territórios, na cidade e no campo. Segundo Orlandi (2005), no estado moderno o que se pode/não pode, quem pode e como se pode usufruir dos recursos naturais, direta e indiretamente, é sustentado pelo funcionamento do discurso ecológico. Em outras palavras, o discurso ecológico instaura poder para uma conjuntura global. Como efeito

desse funcionamento do ecológico “[...] a própria noção de território se desloca, transcendendo os limites das celebradas noções de Estado e Nação” (ibidem, p. 164).

Dessa forma, o discurso ecológico tornou-se uma ferramenta de poder pelo modo eficaz com que se apropria do efeito de cientificidade para reger a territorialização, instalada em nome do ‘interesse global’. E nesse jogo ideológico em que se administram as ‘responsabilidades’ dos territórios, instaura-se os patrimônios da humanidade, instaura-se as políticas de divisão do trabalho social sobre a natureza. É nessa região de sentidos que os discursos ecológicos ecoam, reverberam sentidos¹⁷.

Como dissemos, na introdução de nossa dissertação, a cidade de *Pontes e Lacerda*, como quase toda parte da região oeste do estado de Mato Grosso, teve a formação populacional impulsionada pela migração. Esse movimento de migração na região foi resultado de políticas de ocupação do extremo oeste, como distribuição de terras ofertadas por programas federais de reforma agrária e a forte extração de minérios, principalmente do ouro. Aliás, o garimpo foi uma das principais fontes econômicas do referido município, até a década de 90. Assim, em alguns gestos de leituras sobre a cidade materializaram, em um dado momento, que, nas duas primeiras décadas de emancipação de *Pontes e Lacerda*, as atividades de exploração de recursos naturais sustentaram o seu crescimento:

Afluxo de migrantes à região foi imenso. Porém, o que significou aumento demográfico foi a descoberta de ouro, nos garimpos de Serra Santa Bárbara e do Caldeirão, aos borbotões.

A lei estadual nº 4.167, de 29 de dezembro de 1979, de autoria do deputado Ubiratan Spinelli e sancionada pelo governador Frederico Campos, criou o município de *Pontes e Lacerda*, com território desmembrado do município de Vila Bela da Santíssima Trindade. (FERREIRA, 2001, p. 567-8)

O extrativismo sustentou, por longo tempo, o funcionamento econômico em quase toda região oeste do Estado, inclusive em *Pontes e Lacerda*. Posteriormente, a formação de fazendas para a criação de gado e para o cultivo da agricultura ganhou forças na região e com isso a agropecuária passou a movimentar a economia local, determinando assim, o funcionamento dominante da cidade como prestadora de serviços rurais, produção e comércio de subsídios para o setor.

Do ponto de vista discursivo torna-se interessante perceber como o gesto de interpretação, materializado nos fôlderes, organiza sentidos para dizer *Pontes e Lacerda* a

¹⁷ Silva (1997; 2004) verticaliza estudos sobre o discurso ecológico e o meio ambiente em vários de seus trabalhos, entre eles sua tese de doutorado.

partir do ecológico, considerando aí a condição de produção de um dado momento histórico em que a cidade era dita e significada por seu potencial para exploração de minérios e para extrativismo de madeiras.

Os fôlderes, produzidos pela Prefeitura Municipal via Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR), materializam dizeres sobre a espacialidade de *Pontes e Lacerda*, visando à promoção do turismo para a cidade. Para compreendermos essa produção de sentidos faremos primeiramente a apresentação dos nossos materiais de análise:

• **Fôlder 1**



• **Fôlder 2:**



Como procedimento analítico, nosso desafio é compreender, através da materialidade dos fôlderes, como os sentidos (se) articulam no linguístico para, a partir disto, compreender como se dão as relações discursivas que sustentam dizeres como: “RIO GUAPORÉ. HISTÓRIA, VIDA E BELEZA DE PONTES E LACERDA”; “PONTES E LACERDA E RIO GUAPORÉ: UM AMOR PERFEITO”; “Pontes e Lacerda, que surgiu cresce e floresce

às margens do rio tem sua história intimamente ligada ao Guaporé”; “O PORTAL DO VALE DO GUAPORÉ ESTÁ ABERTO PARA O TURISMO”.

Discursivamente compreende-se que toda textualidade é dada pela colocação do discurso em palavras e, por ser discurso, assegura uma relação com o político, ou seja, “[...] todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder” (ORLANDI, 2005, p. 129). Como se constitui a invenção de sentidos que sustenta a cidade – espaço social e urbano – projetada por gestos de leituras sobre a natureza como em – “RIO GUAPORÉ. HISTÓRIA, VIDA E BELEZA DE PONTES E LACERDA” ou em “**Pontes e Lacerda**, que surgiu **crece e floresce** às margens do rio tem sua história intimamente ligada ao Guaporé”?

A predicação do espaço, que circunscreve o município e que se dá do seguinte modo: *clima tropical/ temperatura agradável, ar puro e muito verde/ A cidade está situada a 442 km de Cuiabá, na margem do rio Guaporé. Por ser rico em belezas naturais e biodiversidade, pela fusão de dois ecossistemas (bacias Amazônica e do Prata) => funciona como paráfrase com a predicação à natureza: “o Guaporé drena uma região riquíssima em biodiversidade e belezas naturais”*. (grifos nossos).

Nos pôsteres de divulgação, instaura-se uma relação de sentidos para cidade/natureza pela qual a direção ideológica discursiva põe em jogo cidade e natureza pela mesma predicação, funcionamento que potencializa efeitos de sentidos para uma invenção de ‘cidade ecológica’. Assim, a imagem de *Pontes e Lacerda*, enquanto cidade, é apagada e é reedita a partir de gestos de leitura à natureza, como vemos no processo de adjetivação: *águas transparentes; temperatura agradável/ ar puro/ recantos de rara beleza/ rico em belezas naturais/ cenário ideal/ um belíssimo buritizal/ região riquíssima/ sua grandiosidade/ cenário preferido*. Desse modo, ao se exaltar a natureza, exalta-se também a cidade, assim, a partir desse jogo parafrástico de cidade/natureza, instauram-se gestos de leituras pelos quais cidade e campo passam a ser significados por relações mesmas.

Pela materialidade dos sentidos em análise possibilita-nos dizer que tais formulações apontam do discurso ecológico para o turismo. Como constitui a invenção da cidade para ecológico no urbano?

A construção de sentidos para o espaço que circunscreve *Pontes e Lacerda* pelo ecológico aponta uma direção ideológica, na qual, ao mesmo tempo em que projeta a cidade como ‘ecologicamente correta’, essa projeção também se coloca para o mercado do turismo e da economia dita como ‘sustentável’. Nos pôsteres o *marketing* sobre *Pontes e Lacerda* aloca

sentidos para uma abertura das fronteiras ao mercado do turismo, inventando aí espaço/sujeito já constituídos de sentidos da globalização, discursividade que se sustenta pela perspectiva da interação¹⁸:

PONTES E LACERDA – VENHA E TENHA BOAS SURPRESAS/ Você vai entrar no clima tropical da região, com temperatura agradável, ar puro/ Iniciando nas atividades do turismo, já com boa estrutura para receber novos visitantes, Pontes e Lacerda já é tradicionalmente frequentado por pescadores de várias regiões do País. Além da pesca esportiva no calendário rio Guaporé e de passeios por recantos de rara beleza, o visitante também pode contar com a hospitalidade de sua população acostumada a receber muitos migrantes. (PREFEITURA MUNICIPAL, Pontes e Lacerda – Venha e tenha boas surpresas. S/d. grifos nossos)

Como fala Orlandi 2005 (p. 165) “[...] com a ‘globalização’ a política de territórios se organiza com os discursos Ecológicos”. Na textualidade dos fôlderes vemos materializados sentidos que apontam para uma organização de uma territorialidade pelo colocar (se) no funcionamento do ecológico: a territorialidade – cidade e campo – não é projetada para o sujeito pontes-lacerdense – a ele cabe o papel de receber *com* “hospitalidade” o turista, assim, essa territorialidade é para o outro: *novos visitantes/ imigrantes*. O funcionamento globalizante do capitalismo, instaurado a partir do ecológico, diz do espaço/sujeito da cidade pela relação parafrástica de empresa/cliente como venda de ‘produto ecológico/turístico’. Às instituições – prefeitura e SEMATUR –, enquanto Estado, cabem administrar e divulgar sua territorialidade ‘ecológica’ aos novos clientes; cabendo aos moradores recebê-los com o melhor ‘atendimento’. Nessa discursividade o sujeito morador é tirado do plano enunciativo do morar/localizar-se para o plano enunciativo de atuação profissional – receber/dar atenção etc.

Pelo que temos analisado, nos fôlderes, predominam marcas do discurso ecológico como também do discurso do turismo. Dessa forma, diríamos que no urbano o ecológico torna-se turístico. Em nosso trabalho chamaremos essa discursividade de ecológico-turístico.

A exaltação romântica dos espaços que circunscrevem *Pontes e Lacerda* produz um modo de dizê-la que silencia seu sentido social – espaço urbano – para pensá-la como ‘cidade ecológica’. Dito desse modo, a cidade passa a ser projetada por uma forma idealizada, atravessada pelo imaginário de campo e pelo gesto que reivindica um espaço natural – ‘com ar puro e muito verde como antes da chegada dos cartógrafos’ – silenciando, neste gesto, o

¹⁸ Tomamos *interação* no mesmo sentido discutido por Orlandi (2005, p. 163).

processo de urbanização que constituiu *Pontes e Lacerda*, enquanto prática de exploração de recursos naturais e de extrativismo.

Dar visibilidade à cidade, pela idealização ecológica, reverbera a política global do espaço (da natureza) posta pelo Estado. Esse gesto funciona como embate com a memória de dizeres sobre a economia primária que, pela discursividade ecológica, passou a produzir sentidos de exploração e de destruição à natureza. Assim, dado o momento histórico-ideológico atual, tais sentidos tornaram-se desinteressantes, no entanto, eles ecoam na historicidade da urbanização da cidade e continuam a produzir sentidos.

Pela injunção ideológica de inscrever *Pontes e Lacerda* no ideal ecológico e do turismo, a cidade – construção e espaço do homem em sociedade – passa a ser inventada como extensão da natureza: “**Pontes e Lacerda, que surgiu cresce e floresce às margens do rio tem sua história intimamente ligada ao Guaporé**”. Essa relação de sentidos dá visibilidade aos efeitos dos discursos que instauram gestos de leitura que sustentam dizeres como: “**PONTES E LACERDA E RIO GUAPORÉ: UM AMOR PERFEITO**”; “**RIO GUAPORÉ. HISTÓRIA, VIDA E BELEZA DE PONTES E LACERDA**”.

Pela perspectiva da cidade, como espaço político-simbólico, sujeito/espaço/sentidos se constituem na relação com a história e com o político. A partir desta perspectiva, podemos compreender que, pelo modo como os pôsteres organizam sentidos para *Pontes e Lacerda*, os sujeitos pontes-lacerdenses passam a ser significados pelo funcionamento do discurso ecológico: “**É também do rio Guaporé que surgiram as principais manifestações artísticas e culturais, como o artesanato, a música, as danças e a deliciosa culinária lacerdense**”.

No efeito da discursividade ecológica, o sujeito pontes-lacerdense passa a ser evidenciado a partir de uma memória que recorta o pontes-lacerdense numa relação tal como projeta a visão ecológica com a natureza, com o rio. Assim, é pontes-lacerdense quem se significa na/pela espacialidade ecológica. No modo como os pôsteres materializam sentidos/sujeitos/espaço, outros modos possíveis de significar *Pontes e Lacerda* e seus moradores ficam silenciados. Constrói-se, assim, uma nova espacialidade simbólica, uma espacialidade onde a natureza/cidade de *Pontes e Lacerda* estão re-significados.

Nossa questão não é discutir os méritos de tais afirmações. Do nosso lugar teórico, interessa-nos aqui compreender como os sentidos se constituem, neste caso, como se dá o processo de significação naquilo que adotamos como *corpus* de análise.

E nesse propósito, vemos que, nos pôsteres em que *Pontes e Lacerda* está divulgada pelo discurso ecológico-turístico, tem-se como ‘assinatura’ os *slogans* da prefeitura e da

Secretaria de Meio Ambiente e Turismo. Para nós, isto é significativo, pois pelas relações institucionais postas nos dizeres (como analisamos no capítulo anterior) significam como projeção, portanto, produzem o imaginário de validade dos sentidos que se diz. Assim, o gesto de leitura que significa *Pontes e Lacerda* pelo ecológico-turístico ganha efeito de legitimidade para a sociedade pela posição enunciativa que assume o dizer e fala a partir dessa posição.

Temos insistido em dizer que do ponto de vista discursivo interessa compreender como o jogo ideológico trabalha a relação de sentidos pela inscrição na língua e na história para dizer e, ao mesmo tempo, não dizer. Afirmamos desse modo, porque, pela análise de discurso, as palavras não fazem sentido apenas por elas mesmas, mas sempre há uma relação com a exterioridade, existe uma relação com o *já-lá* e com o *não-lá*.

É preciso retomar a noção do silêncio para compreendermos o funcionamento discursivo para o qual afirmamos que ao dizer, silencia. O silêncio é constitutivo do processo de significação. Orlandi (1993 e 2008) afirma que se pode distinguir pelo menos duas formas de silêncio. O “Silêncio Fundador” – silêncio necessário ao sentido: “[...] é o silêncio que existe nas palavras, que as atravessa, que significa o não-dito e que é um espaço de recuo significante” (ORLANDI 2008: 128). Outra forma é a “Política do Silêncio”, que se apresenta sob dois funcionamentos: “Silêncio Constitutivo”, no qual “[...] todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzindo um silêncio sobre outros sentidos”(ibidem); e “Silêncio Local ou Censura” – a interdição que apaga os sentidos possíveis, porém proibidos, “aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura”. (ibidem).

Assim posto, compreendemos que o funcionamento das formas do silêncio é constitutivo do processo de significação, ou seja, é constitutivo em qualquer discurso, em qualquer dizer. Com base nesse pressuposto teórico, avançamos em direção a nossa análise com o objetivo de perceber as relações discursivas postas em jogo no gesto de interpretação em que a cidade é dita pelo discurso ecológico.

A busca por modos de divulgar a cidade para o turismo, de certo modo, já é estar no funcionamento do ecológico, e portando, ao dizer há o jogo imaginário globalizante que se inscreve no efeito do discurso ecológico, como discutimos a partir de Orlandi (2005). Nessa perspectiva, significar o espaço político-simbólico da cidade, pelo discurso ecológico, é efeito do se colocar nesse jogo ideológico globalizante que está instaurado no Estado moderno. Por mais que o gesto pareça o de evidenciar singularidades para *Pontes e Lacerda*, os sentidos estão para um sujeito universal (kantiano). Não se trata aí de uma escolha total e consciente.

Trata-se das condições de produção que afetam o modo de significação materializado nos fôlderes.

Ao projetar a imagem de *Pontes e Lacerda* pela conjuntura ideológica do ecológico-turístico entram em jogo as relações sócio-históricas que regem esse discurso. Nessa conjuntura, torna-se produtivo que o espaço da cidade se afirme pelo “ecologicamente correto”, como percebemos na textualidade dos fôlderes. Dessa forma, o discurso ecológico posto no urbano sobredetermina o sentido de cidade. Há um silenciamento do real de cidade, do social, do conflito constitutivo das relações de poder, da divisão do espaço, do político da funcionalidade da cidade no seu aspecto econômico, que no caso de *Pontes e Lacerda*, está ligada à agropecuária e à prestação de serviços, enfim, silencia as singularidades para dar lugar ao universal. No entanto, a língua ao inscrever os sentidos na história é sujeita à falha, ao equívoco. Assim, ao mesmo tempo em que há administração dos sentidos, pelo direcionamento ideológico que instaura gestos de leitura, os sentidos podem ser outros. Aí a falha, o equívoco nos interessa como materialidade da relação língua/sujeito/história.

À luz da teoria discursiva, compreendemos como os sentidos são constituídos e onde se sustentam, em outras palavras, pela análise alcançamos os funcionamentos discursivos que sustentam a textualidade nos fôlderes. A partir disto, temos condição de perceber a construção do efeito da evidência e confrontar o simbólico, possibilitando assim, compreender e ver como a língua é regida por imaginários, pelos quais sentidos outros são silenciados nos dizer. Ao perceber o funcionamento ideológico na conjuntura do discurso ecológico, encontramos a formulação de gestos de leitura que inventa sentidos para *Pontes e Lacerda*, o que possibilita perceber sentidos outros silenciados para cidade num dado espaço de dizer.

A materialidade linguística é o lugar capaz de falhas, pelo funcionamento imaginário no qual se inscreve, através do próprio efeito de tomar a cidade pelo imaginário de campo; pelo gesto de apagamento da poluição produzida pela cidade, o que sustenta a projeção de um ambiente idealizado para a cidade – “ar puro, muito verde, cenário ideal,” (*o mesmo encontrado pelos primeiros desbravadores da região*). Contudo, os sentidos escapam do funcionamento politizado (pelo ecológico) e materializam a falha da relação espaço urbanizado/espaço natural: homem/animais disputam espaços => o que é **inóspito** ao homem, é perfeito aos animais – “A área, **inóspita ao homem**, é **perfeita para refúgio de milhares de aves/ o rio Guaporé é o cenário preferido para o lazer da população e palco para festivais de pesca**. Materializa-se aí a tensão de sentidos para espaço urbanizado e para espaço natural. Nessa mesma tensão discursiva em que se diz desses espaços como relação ideal,

romantizada, ‘*amor perfeito*’ aparecem as “*Ameaças ao Rio: desmatamento, assoreamento e afluentes industriais*”. Pelas falhas, percebemos a força de uma injunção ideológica que faz funcionar o discurso ecológico.

Como afirma Orlandi, em todo dizer há “Política do Silêncio”. É condição necessária para que as palavras façam sentido. No caso em estudo, para significar *Pontes e Lacerda* pelo ecológico há um recorte da memória discursiva (dizeres possíveis) para cidade que funciona como evidência. Entre tantos outros dizeres possíveis, um modo de dar visibilidade ao sujeito/espaço da cidade é tomado pelo Estado. Assim como uma imagem (a melhor possível) significa o rio, e esta silencia outras imagens (como a do rio poluído com produtos consumidos na cidade), há outros sentidos possíveis silenciados para a cidade *Pontes e Lacerda*. Silenciamento que abre espaço para o Estado trabalhar a reinvenção da cidade para o turismo. É um dizer que se apresenta como ecológico, mas fala-se fortemente marcado pelo turismo pelo atravessamento do urbano.

Como entendemos em Análise de Discurso, sempre ao se dizer em uma direção, negam-se outras possíveis, pois, para que haja sentido, é necessário o silêncio. *Pontes e Lacerda* aqui é silenciada enquanto espaço de interpretação que já a significou/significa enquanto potencial à exploração de minérios, à extração de madeira, é silenciada enquanto espaço urbano que se fez/constitui sob as devastações às belezas naturais (queimadas e desmatamentos), realizadas para implantação da agropecuária, enfim, é negada uma historicidade que condicionou o processo urbano de *Pontes e Lacerda* ao passo que o Estado (o administrativo) busca re-significá-la pelo ecológico.

Isso nos faz retomar a compreensão de Albuquerque Jr. (2007, p. 61) que, foi levado ao pensar o processo de invenção da História, afirma: “[...] Damos conta de que a História não está a serviço da memória, de sua salvação, mas está, sim, a serviço do esquecimento”. Sabendo como o político intervém na produção de sentido, não é de espantar que encontremos por aí produção de conhecimentos históricos para/sobre *Pontes e Lacerda* em que se trabalhe o esquecimento de tudo que contraria a invenção da “boa imagem ecológica”, apagando a extração de minérios, que ainda se mantém até hoje. Contudo, o que podemos afirmar é que, pelo modo como os fôlderes organizam sentidos, se coloca em jogo um novo olhar para *Pontes e Lacerda* e projeta novas relações de funcionamento para sujeitos/espaço/sentidos como temos analisado.

Como vemos, com Orlandi (2005), o discurso ecológico é instrumento de administração, pelo qual toda territorialidade está à venda ao turismo. Há aí relações

ideológicas da economia ‘sustentável’ que regem os espaços e assegura ao Estado um instrumento de poder ‘racionalizado’ pelas discursividades sobre o ecológico. Discursividades que instauram uma nova territorialidade, que abre as fronteiras e põe em funcionamento um imaginário de uma espacialidade ‘ecológica’ para o mercado do turismo em *Pontes e Lacerda*. O que significa fazer circular discursividades do ecológico na/para a cidade em fôlderes? Refletiremos sobre essa questão no próximo tópico.

4.1.2 A cidade em fôlderes: Pontes e Lacerda para o turismo

A partir do modo como compreendemos o processo de produção de sentidos, em Análise de Discurso, nosso gesto de leitura é de que os fôlderes produzidos por instituições administrativas (prefeitura, secretarias, etc.) não se dão meramente apenas como informação. Para nós, essas materialidades se dão enquanto inunção a fazer significar *Pontes e Lacerda* enquanto cidade (versão de cidade) e, dessa forma, fazendo circular sentidos para *Pontes e Lacerda*. Desse modo, nossa busca começa por compreender o gesto de interpretar e de dizer sobre a cidade, e para isso sustentamo-nos na noção gesto de interpretação face à incompletude, à falta constitutiva. Fundamentado nesse modo de compreender o processo de significação somos instigados a compreender o gesto de formular/fazer circular sentidos sobre a cidade de *Pontes e Lacerda* em fôlderes.

Para buscar compreender esse gesto, constituímos alguns pontos de reflexão como percurso teórico-analítico os quais nos permitem dar visibilidade ao trabalho sobre os sentidos para cidade: pelo que já explicitamos anteriormente, consideramos já conhecido o processo sócio-histórico em se dá a produção e circulação de fôlderes sobre a cidade de *Pontes e Lacerda*. Assim considerado, podemos pensar que ao falar da circulação de sentidos em fôlderes estamos tratando também de uma questão de resignificação da escrita na cidade.

A forma material dos fôlderes nos leva a pensar o efeito-leitor que se constitui nessa materialidade. A este respeito, Nunes (1999) propõe refletir sobre como o modo da manifestação da escrita na cidade produz efeitos de sentidos, de maneira a considerar uma historicidade da relação da forma material do texto em circulação no espaço urbano/na cidade (panfletos, *outdoors*, faixas, pichações, etc.). Uma vez que nossa questão é compreender o gesto de formular/circular sentidos sobre *Pontes e Lacerda* em fôlderes, queremos pensar sua forma material de textualização da cidade e perceber os efeitos de sentidos dessa circulação

na cidade, tomando esse funcionamento como parte das condições de produção de sentidos para *Pontes e Lacerda*.

Na sua forma concreta, o fôlder é constituído de uma única folha com uma ou mais dobraduras e é comumente visto como um suporte textual que atente a necessidade de transitar ‘informações’ com praticidade para leitura e facilidade de circulação. Mas, para nós, interessa aqui refletir o modo como sua forma de materializar textos e produzir efeitos simbólicos afetam o funcionamento da escrita na cidade.

Nunes (1996) observa que a manifestação pública da escrita está ligada a uma historicidade condicionada pela passagem da cidade medieval para a cidade burguesa, momento em que o homem passa a ter interesse pela circulação de bens, quando espaços fechados se abrem, se rompem à exposição. A partir daí, a linguagem espacializa a cidade, os textos cada vez mais são expostos ao público. Ao analisar os *outdoors*, Nunes (1996, p. 10) afirma que a “[...] exposição pública de texto é uma marca que o simbólico está presente no urbano”. Essa observação nos ajuda a refletir aqui sobre o gesto de dizer a cidade em fôlderes. Trata-se do nosso ponto de partida para pensar aí o efeito-leitor, que se constitui nesse espaço simbólico citadino.

Os fôlderes surgem do/para o processo de exposição do texto na cidade¹⁹. A possibilidade do arranjo textual, do trabalho com a linguagem verbal e não-verbal, faz transitar, nos espaços abertos da cidade, a escrita, mas ao mesmo tempo resignifica a escrita pelo ritual de linguagem que os fôlderes põem em funcionamento. Por sua relação histórica de materializar o texto, o fôlder sempre se apresenta como ‘dar’ a saber, informar para um ‘sujeito pragmático’ que necessita gerir ‘informações’ no/do cotidiano urbano, deste modo, produz materialização da palavra escrita e/ou linguagens de fácil acesso e manipulação, portanto trabalha a ilusão da eficiência da comunicação. Diríamos, então, que os fôlderes são acontecimentos de linguagem do urbano, ou pelo menos, prática social de textualização instaurada pela constituição do sujeito no funcionamento urbano. O que significa, então, o gesto de dizer sobre a cidade de *Pontes e Lacerda* em fôlderes?

Dizer sobre a cidade de *Pontes e Lacerda* em fôlderes atesta o gesto pedagógico do administrativo, fazendo intervir o modo de perceber a cidade pela tomada do sujeito-local (o morador) para um sujeito-globalizado, o que encontra felicidade pelo bem servir, pela hospitalidade. É uma forma eficiente de trabalhar a sobredeterminação dos sentidos dados pelo Estado. É uma prática de linguagem que projeta uma direção de sentidos para a cidade

¹⁹ Há de se observar que panfletos, folhetos entre outros têm funcionamento semelhante.

para o turismo e intertida outros. É uma sintoma do processo de incessante re-invenção de Pontes e Lacerda como cidade.

4.2 Invenção de uma tradição: a discursivização sobre a festa de peão

Como dissemos no início deste capítulo, temos visto que práticas de linguagem sobre a festa de peão, a *Expoeste*, evento que acontece anualmente em *Pontes e Lacerda*, desde 1991, tem se tornado um modo dizer sobre a cidade nos materiais de divulgação. Então, norteados pelo recorte sujeito/espço/sentido empreendemos uma análise sobre como *Pontes e Lacerda* é/está inventada/significada na discursividade sobre o rodeio. Nossa escuta de sentidos tem como material de análise excertos de transcrições de vídeos de divulgação de edições do evento, promovido pelo Sindicato Rural de *Pontes e Lacerda* e também a matéria publicada na revista *Veja*, em setembro 2009 (ed. 2130, ano 42, nº 37): “PONTES E LACERDA: Na Capital Mato-grossense do Rodeio, até a tristeza pula de alegria”.

Para nossa análise retomamos aqui a noção território/territorialidade trabalhada por Orlandi (2011, p. 20) que afirma que a territorialidade é espaço “[...] material, parte das condições de produção dos sentidos que aí se constituem, se formulam e circulam. Espaço histórico e simbólico. Espaço de interpretação”. Enquanto o território refere-se ao “[...] espaço institucionalizado, nomeado pelo poder do Estado”.

Nessa perspectiva, quando falamos em territorialidade estamos direcionados a pensar as relações de poder que se põem em jogo, pensar o político e o simbólico que fazem significar o espaço e o sujeito que nele vive, pois os sentidos que aí se produzem não são quaisquer uns. Como afirma Orlandi (idem, p. 20), “[...] desde que o poder está em jogo temos a possibilidade de intervenção. Portanto estas definições não são inertes, nem politicamente ‘neutra’. Há sempre a necessidade de ‘órgãos’ competentes, legítimos que exerçam territorialidade”.

Considerando a afirmação da autora, direcionamos-nos a compreender a condição de produção de sentidos em nosso recorte. O Sindicato Rural é um órgão sócio-historicamente constituído, participante da organização político-administrativa de *Pontes e Lacerda*²⁰. Assim, como já discutimos no capítulo anterior, supomos uma condição de dizer que (se) significa como legitimada para falar do espaço que circunscreve a cidade, portando, o Sindicato Rural potencializa a projeção de gestos de interpretação para uma dada territorialidade ao formular e

²⁰ Tal como analisamos na página 48.

fazer circular sentidos sobre espaço/sujeito pontes-lacerdense. A escuta de sentidos postos nos materiais de análise nos possibilita compreender como se dá o processo de significação:

(1) Estado do Mato Grosso. Brasil. Na região Oeste, **coração do Vale do Guaporé e às margens da Br 174, principal eixo rodoviário entre a Amazônia e o Sul do país está Pontes e Lacerda.** Município de aproximadamente 50 mil habitantes **é referência regional e pólo em potencial econômico. Tem na pecuária sua identidade produtiva,** sendo sua região reconhecida como o maior plantel da raça Nelore, registrado pela BCZ. **Pontes e Lacerda tem ainda importante participação nacional de minérios preciosos e látex.** É neste cenário e com determinante cumplicidade pública e privada, o Sindicato Rural de Pontes e Lacerda realiza anualmente, a Expoeste. 9 dias de exposição. Um movimento de 3 milhões de reais durante o evento. 137 mil reais em prêmios, assistidos por público estimado de 120 mil pessoas. Muito mais que números, **a exposição agropecuária de Pontes e Lacerda é feita de tradição, amizade e responsabilidade com o futuro do município.** 2007, o Sindicato Rural comemora e anuncia a 15ª edição da exposição agropecuária de *Pontes e Lacerda*. A festa cresceu, em 2006, nossa rainha foi até Barretos nos representar. Neste ano de 2007, o concurso Miss Rodeio terá uma etapa especial, abrindo a 15ª Expoeste, coroando a beleza da mulher mato-grossense. 100% rodeio, pela segunda vez *Pontes e Lacerda* está no calendário do circuito Barretos. Nosso campeão na mudaria em touros será classificado a competir junto aos astros do rodeio no Barretão 2007. No evento de 2006, a TV Rodeio levou as imagens de *Pontes e Lacerda* para todo o Brasil. A festa de peão de *Pontes e Lacerda* tem a maior premiação do estado do Mato Grosso e muito mais. [...]. (SINDICATO RURAL, 2007, grifos nossos).

(2) Brasil. O quinto maior país do mundo. Emergente. Potencial, mas sobretudo, lugar de gente que tem no peito um coração movido por amor, fé e coragem. **No solo do agronegócio brasileiro, no estado de Mato Grosso e nele os focos do potencial econômico mundial. Ali está Pontes e Lacerda.** Município das águas do Guaporé, do ouro em solo fértil, dos sonhos de bravos. Terras desbravadas por homens das ciências e dos números. Ali surge o município que assim se enfatizou, de Pontes e seus mapas e de Lacerda e seus astros.

Caminhando em passos firmes e com o olhar no horizonte seu povo sonha sim e trabalha muito. Terra rica em recurso. Pólo em potencial econômico e estrategicamente entre a Amazônia e o sul do país. Da pura origem de seu gado valioso, das tropas e das calvagadas. Pontes e Lacerda é a capital do rodeio mato-grossense. 16ª Expoeste. A emoção continua em 2008. O portal de negócios do vale, o sorriso da família lacerdense. A segunda maior premiação do rodeio brasileiro. *Pontes e Lacerda* é 100% rodeio. O campeão de Lacerda leva uma caminhonete e entra na disputa do circuito Barretão 2008. Aqui o sistema é bruto! O Brasil inteiro irá se emocionar com Lacerda e os astros na tela da Band. A tradição e a alegria da 10ª cavalgada. [...]. (SINDICATO RURAL, 2008, grifos nossos).

(3) **O Brasil inteiro já conhece a capital do rodeio mato-grossense. Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso. Desta terra, famoso é seu povo**

que entre crises se supera e continua progredindo, grande é a sua importância para o agronegócio brasileiro, gigante é sua paixão por essa arena. Nela, a família lacerdense se inspira, aprende com os astros do rodeio que a disputa é acirrada, é preciso coragem, força e muita vontade de vencer. Aqui o que importa é ser feliz.

[...]. 17^a Expoeste: até a tristeza pula de alegria, afinal sem alegria não há superação. Realização: Sindicato rural de Pontes e Lacerda. Pontes e Lacerda: a capital do rodeio mato-grossense. (SINDICATO RURAL 2009, grifos nossos)

(4) PONTES E LACERDA. Na Capital Mato-grossense do Rodeio, até a tristeza pula de alegria. Toda crise econômica anunciada em algum canto do mundo afeta antes de qualquer setor, **o homem do campo**. Porém, são estes mesmos os responsáveis pelas primeiras reações às diversidades. **Dentro e fora das arenas do rodeio encontramos qualidades únicas nestes homens que realmente fazem a diferença: determinação, alegria e muita coragem.**

Mundialmente reconhecida como berço da qualidade genética em produção pecuária, Pontes e Lacerda, no estado de Mato Grosso, caminha em passos largos para representar cada vez mais a relevância econômica e social do produtor rural. Não é atoa que o município tão representativo no agronegócio seja hoje considerando a Capital do Rodeio Matogrossense. Em Lacerda sobra coragem nos negócios e profissionalismo na arena. Agendada anualmente no início do mês de agosto, a **Exposição Agropecuária e Industrial do Oeste Matogrossense é conhecida nacionalmente como a maior vitrine de negócio do interior do Estado. A importância econômica desta região, que liga Amazônia ao sul do país, é comemorada por uma população orgulhosa, cúmplice e dedicada em nove dias de um evento grandioso e emocionante.** Chegando a sua 17^a edição, a Expoeste 2009 lançou o *slogan* “até a tristeza pula de alegria” em alusão a característica motivacional que o evento carrega cada vez mais responsabilidade. **“É aqui que nosso povo recarrega suas baterias e busca força para superar suas especificidades, só assim, cultivando a alegria que enfrentamos os desafios e garantimos nossa superação, principalmente em tempos de crise”,** diz o Presidente do Sindicato Rural Ogerson Teodoro, popularmente chamado de “Nego”. [...]. (Veja em setembro 2009: ed. 2130, ano 42, nº 37, grifos nossos).

Como nas análises anteriores, nosso procedimento analítico será o de observar as regularidades percebidas na textualidade do nosso material. Começamos por compreender o modo como a discursividade sobre a festa organiza sentidos para *Pontes e Lacerda*. Em todos os excertos podemos perceber que, para dar sentido à festa como evento social da cidade, há, primeiramente, um gesto de se falar do espaço que circunscreve o rodeio e o faz não só para dizer de uma localização, mas também para materializar gestos de territorialização desse dado espaço, ou seja, se materializa gestos interpretativos com quais (se) produzem modos de dizer (invenção de uma dizibilidade) o espaço que circunscreve o evento no universo do rodeio,

mas, para produzir esse efeito se demanda falar de um *espaço unificado – unidade imaginária* –, em outras palavras, demanda exercer uma territorialidade.

Vejamos que em (1) há um gesto de apresentação de *Pontes e Lacerda*: “Estado do Mato Grosso. Brasil. Na região Oeste, **coração do Vale do Guaporé e às margens da Br 174, principal eixo rodoviário entre a Amazônia e o Sul do país está Pontes e Lacerda** [...]”. Nesse gesto de apresentação aí materializado, a relação de territórios se põe como condição do fazer localizar *Pontes e Lacerda*, pois falar sobre os territórios constituídos – “Brasil”, “Estado de Mato Grosso”, “Região Oeste [...]” – produz efeitos de sentidos da descrição. Organização de sentidos que nos parece ser condição enunciativa, dado o contexto imediato de ‘comunicação’ – a divulgação de um evento –, considerando que o dizer se inscreve em um espaço de circulação global, como é o da internet.

Por outro lado, ao analisarmos o contexto sócio-histórico e ideológico, podemos perceber que aponta aí uma *Pontes e Lacerda* ainda desconhecida, não divulgada nas relações de territórios (e de poder), nem em nível estadual nem nacional e, por isso mesmo, há a necessidade de dizer e fazer significá-la enquanto cidade mato-grossense brasileira. Ao fazer localizar *Pontes e Lacerda* abre-se a possibilidade de exercer a territorialidade que circunscreve a cidade para interlocutores do mundo. Observemos que esse gesto constitui-se como uma regularidade, que se materializa na discursividade sobre o rodeio, portanto, gesto que reverbera um processo de significação, como vemos nos encadeamentos discursivos abaixo:

(1) Estado do Mato Grosso. Brasil. Na região Oeste, **coração do Vale do Guaporé e às margens da Br 174, principal eixo rodoviário entre a Amazônia e o Sul do país está Pontes e Lacerda**. Município de aproximadamente 50 mil habitantes **é referência regional e pólo em potencial econômico**. **Tem na pecuária sua identidade produtiva**, sendo sua região reconhecida como o maior plantel da raça Nelore, registrado pela BCZ. ***Pontes e Lacerda* tem ainda importante participação nacional de minérios preciosos e látex**. [...].

(2) Brasil. O quinto maior país do mundo. Emergente. Potencial, mas, sobretudo, lugar de gente que tem no peito um coração movido por amor, fé e coragem. No solo do agronegócio brasileiro, no estado de Mato Grosso e nele os focos do potencial econômico mundial. Ali está ***Pontes e Lacerda***. [...].

(3) O Brasil inteiro **já conhece** a capital do rodeio mato-grossense. ***Pontes e Lacerda***, estado de Mato Grosso. [...].

A cada edição do evento, o gesto de apresentação passa a significar a projeção de *Pontes e Lacerda* como um já-lá. Assim, é esse o movimento discursivo, materializado nos vídeos de divulgação, que nos interessa analisar, pois é possível perceber, nas formulações acima destacadas, um processo de significação de *Pontes e Lacerda*, enquanto processo que sustenta o dizer: “**O Brasil inteiro já conhece** a capital do rodeio mato-grossense. *Pontes e Lacerda*, estado de Mato Grosso”. Nessa formulação *Pontes e Lacerda* aparece tomada por uma memória (de dizeres) que produz efeitos de sentido que jogam com determinado saber suposto ao interlocutor desse discurso. É a repetição do dizer que possibilita dizer “o Brasil inteiro já conhece a capital do rodeio mato-grossense”. Materializa-se aí, um gesto de reivindicação dos sentidos inventados por uma repetição que se dá em vários espaços discursivos, entre eles, os materiais de divulgação em análise. Vale lembrar que para que haja sentido algo fala antes, ou, nas palavras de Orlandi (2011, p.11) “[...] para fazer sentido é preciso que já faça sentido”.

Poderíamos trazer aqui vários outros materiais que fazem significar *Pontes e Lacerda* para o mundo do rodeio, ao longo das edições já realizadas. Contudo, além de se tornar um trabalho exaustivo, cremos que os materiais aqui analisados são suficientes para apontar os sentidos que se repetem no discurso sobre a *Expoeste*. Assim, considerando nosso recorte, podemos perceber que à medida que *Pontes e Lacerda* passa a ser dita nos vídeos de divulgação, se constrói uma memória pela repetição de formulações, marcando um modo falar sobre a cidade e apontá-la (seja para o *marketing*, seja para invenção de identidade) como um saber suposto ao universo do rodeio, fazendo reverberar um imaginário de tradição e de cultura pontes-lacerdense. São relações de sentidos, formulações, processos de adjetivação que predicam *Pontes e Lacerda* para o universo do rodeio, dizeres que encontram condições materiais e fazem significar uma territorialidade:

(1) coração do Vale do Guaporé/ principal eixo rodoviário entre a Amazônia e o Sul do país está *Pontes e Lacerda*/ é referência regional e pólo em potencial econômico /Tem na pecuária sua identidade produtiva / tem ainda importante participação nacional de minérios preciosos e látex.

(2) Município das águas do Guaporé, do ouro em solo fértil, dos sonhos de bravos. Terras desbravadas por homens das ciências e dos números/ Terras desbravadas por homens das ciências e dos números / Terra rica em recurso. Pólo em potencial econômico e estrategicamente entre a Amazônia e o sul do país. Da pura origem de seu gado valioso, das tropas e das calvagadas. *Pontes e Lacerda* é a capital do rodeio mato-grossense/ O portal de negócios do vale, o sorriso da família lacerdense /*Pontes e Lacerda* é 100% rodeio.

(3) **a capital do rodeio mato-grossense. Pontes e Lacerda**, estado de Mato Grosso; famoso é seu povo que entre crises se supera e continua progredindo, grande é a sua importância para o agronegócio brasileiro, gigante é sua paixão por essa arena. Nela, a família lacerdense se inspira, aprende com os astros do rodeio que a disputa é acirrada, é preciso coragem, força e muita vontade de vencer. **Aqui o que importa é ser feliz.**

Esse processo de adjetivação, posta para *Pontes e Lacerda* no discurso sobre o rodeio, recorta imaginário outro ao em relação ao inventado na discursividade ecológica-turística. Para o universo do rodeio, *Pontes e Lacerda* está dita como potencial em atividades econômicas primárias, a agropecuária e o extrativismo: “Tem na pecuária sua identidade produtiva”; “tem ainda importante participação nacional de minérios preciosos e látex”; “Terra rica em recurso”; “grande é a sua importância para o agronegócio brasileiro”. Tais formulações são processos de identificação para *Pontes e Lacerda* que fazem ecoar condições materiais e produzem a imagem de um espaço idealizado ao mundo do rodeio, mobilizando aí efeitos de sentido circunscritos ao universo simbólico do campo.

Discursivamente buscamos desnaturalizar essa categorização dada à *priori* e, dessa forma, compreendemos que cidade e campo e/ou urbano e rural não são tomados como oposições fixas, estruturais neles mesmas. Todavia, estudos sobre diversas práticas de linguagem têm apontado que “[...] faz parte do imaginário de nossa formação social a distinção entre o urbano e o rural. A essa distinção inscrita em nosso social se ligam os efeitos de sentidos constitutivos dessa diferença discursiva” (ORLANDI, 1989 *apud* PAYER, 2003, p. 95). Considerando esse postulado, é preciso atentar para as condições de produção pela qual o rural, o campo e o urbano são significados.

Payer em “O rural no espaço Público Urbano” 2001 e em “O Rural no Espaço Urbano” (2003) considera que a relação campo/cidade se dá na ordem do imaginário discursivo, historicamente constituído como afirma a autora:

Ao longo do trabalho que nos foi permitindo compreender alguns elementos dessa relação, fomos anotando aspectos que mais tarde nos parecem estruturais do que veio apresentar-se como um processo de constituição de uma posição discursiva (cf. Pêcheux 1969) de um sujeito urbano inscrita nos textos através de uma perspectiva de observação que expõe de um determinado modo os objetos de discurso que dizem a respeito do campo, o que acaba por produzir evidências nas quais embarca com facilidade, que constitui a base de sustentação de pressupostos sociais que erigem em última instâncias avaliações só positivas ou só negativas, tanto sobre o campo quanto sobre a cidade. (PAYER 2001, p. 165)

Segundo a autora, a perspectiva de observação do campo apresenta-se inscrita numa posição discursiva do sujeito urbano, apontando, nos textos analisados, uma sobredeterminação historicamente constituída do urbano sobre o campo. Ao estruturar um imaginário do urbano sobre o rural, elementos imaginários se põem como mais próprios do universo simbólico do rural.

Ao direcionar nosso olhar para nosso material de análise, percebemos que as regularidades discursivas trabalham o imaginário do bruto, do rústico, do homem do campo na relação com a terra e do ideal de força, de coragem e de habilidade trabalhada pelo domínio do homem sobre o animal na arena²¹: “Aqui o sistema é bruto”; “Nela, a família lacerdense se inspira, aprende com os astros do rodeio que a disputa é acirrada, é preciso coragem, força e muita vontade de vencer”; “Desta terra, famoso é seu povo que entre crises se supera e continua progredindo”; “É aqui que nosso povo recarrega suas baterias e busca força para superar suas especificidades”. Imaginários que configuram modos de dizer sujeito/espaco pontes-lacerdense passa significar *Pontes e Lacerda* em vários espaços de dizer, inclusive pela escrita²². O mesmo funcionamento pode ser analisado na textualização da reportagem da Revista Veja, de setembro 2009, que materializa sentidos para significar *Pontes e Lacerda* como capital do rodeio mato-grossense: “Não é a toa que o município tão representativo no agronegócio seja hoje considerando a Capital do Rodeio mato-grossense”. Essas formulações mobilizam uma dada condição para a cidade ser a “Capital do Rodeio”: ter ‘representatividade’, diríamos, ter condições materiais que possibilitem a invenção de sentidos ao universo historicamente tido como rural.

É interessante percebermos que ao inventar *Pontes e Lacerda* para o universo que circunscreve o rodeio, o rural passa a ser exposto na cidade: o homem e a atividade do campo passam a constituir a imagem ideal do pontes-lacerdense. Vale lembrar o fato de que falamos de um evento de exposição, um acontecimento marcado pelo gesto de expor, de colocar em evidência o ‘rural’ na cidade, fazendo deslizar elementos historicamente pertencentes ao universo simbólico do rural, os quais passam a ser expostos na cidade.

²¹ Arena é o espaço onde os cowboys exibem as técnicas e habilidades para se manter, por 8 segundos, sob o animal treinado para este esporte.

²² Consideramos aí o efeito de sentidos da escrita tal como discutimos nas páginas 22-24.



A cavalgada, que acompanha as edições da *Expoeste*, pode ser considerada uma materialização desse deslocamento: carros de boi, carroças, animais e pessoas caracterizadas a partir do imaginário **sobre o rural**, passam a desfilar pela cidade, rompendo com o ritmo urbano, mas não se trata mais do rural, mas de um movimento que anuncia da chegada do rodeio, a *Expoeste*. O gesto de exposição, tanto na cavalgada quanto na festa de rodeio, funciona como uma estilização do universo que constitui o campo. Ou seja, o que vemos exposto não é o modo de vida rural tal como é praticado/vivido no campo, mas sim um modo de fazer sentido ao rural na cidade. Por mais que o gesto seja o de silenciar o sentido urbano para dar espaço ao imaginário do rural (como vemos na discursividade sobre *Pontes e Lacerda* para o mundo do rodeio), é possível reconhecer o atravessamento do urbano no modo como a ruralidade está significada pelo rodeio. Podemos dizer que esse atravessamento produz sentidos outros, funcionamento outros. A cidade se ‘ruraliza’ ao mesmo tempo em que o rural se ‘urbaniza’. É um ponto de encontro de cidade/campo que passa pelas condições materiais postas para *Pontes e Lacerda* (vale lembrar que o espaço urbano foi constituído a partir da prestação de serviços em agropecuária e em extrativismo de minérios). Parece-nos, então, que sujeitos do campo e da cidade se deslocam do sentido cotidiano e imaginariamente são significados no processo discursivo que projeta *Pontes e Lacerda* como capital do rodeio de Mato Grosso.

Como vimos ao longo da análise, a discursividade sobre a *Expoeste* tematiza o rústico, o bruto, as atividades de trabalho do homem do campo, mas é um rústico refinado, é o bruto estilizado pelo citadino e é o trabalho ‘rural’ cronometrado, organizado para a vida urbana. Acontecimento, estilização que, como sabemos, não é peculiar de/em *Pontes e Lacerda*. O rodeio nasceu, ainda no século XIX, nos Estados Unidos e, desde a segunda metade do século XX, a festa de peão ganhou tradição no Brasil, sendo atualmente tida como manifestação cultural e prática esportiva de muitas cidades (interioranas) do Brasil. Contudo, considerando o contexto de Mato Grosso, o rodeio ganha uma dimensão considerável, pois faz parte dos calendários de eventos de boa parte das cidades do estado. Desta forma, significar-se como ‘capital do rodeio mato-grossense’ coloca *Pontes e Lacerda* numa relação de poder: poder (se) dizer para o cenário estadual e colocar (se) como cidade mato-grossense a partir da territorialidade do rodeio.

A divulgação da festa de peão também está para a promoção do turismo. Há uma regularidade discursiva que potencializa um chamamento à festa. Nessa discursividade a mobilização de sentido, *Pontes e Lacerda* não é mais uma cidade dita ecológica, tal como vemos nos fôlderes de divulgação, nem uma cidade da ordem marginal, significada em *Os Matadores*. A discursividade sobre rodeio trabalha condições materiais do rural/urbano, fazendo funcionar uma invenção de *espaço unificado, espaço imaginário* para *Pontes e Lacerda*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pelo dizer que estabelecemos nosso lugar de escuta. Em nosso percurso analítico vemos que os dizeres sobre a cidade se materializam em diversos espaços enunciativos. No confronto dos sentidos, a contradição se põe, sentidos silenciados pelo Estado escapam noutros lugares, de modo que, discursivamente, o embate entre os sentidos e a contradição (tensão de forças/formação sócio-ideológicas) não são vistos como problemas, são compreendidos como próprio do funcionamento da linguagem: todo objeto simbólico reclama sentidos e não há unicidade dos sentidos. Como temos dito, a cidade é um espaço simbólico, um espaço que reclama sentidos, portanto um espaço de interpretação.

No entanto, não dá para pensar aí em transparência da linguagem, como se a cidade contasse por si mesma “sua história ou seu modo de ser”. Há sempre gesto(s) de interpretação em cada formulação que instara(m) uma dada direção de sentidos e não outra. Como não dá para pensar aí em sujeito e processo de identificação por uma perspectiva a-histórica. A história é condição para que o dizer produza sentidos. Parafraseando Orlandi (2011, p. 11), para que haja sentido é preciso que já se faça sentido. “Há formulações ditas e esquecidas em nosso dizer”.

Nos gestos de análises que depreendemos em nosso trabalho, percebemos nas diferentes materialidades que a questão da produção de sentidos para *Pontes e Lacerda* perpassa a divisão de leitura/interpretação sobre o espaço político e simbólico da cidade.

É pelos diferentes dizeres que apontamos a linguagem como materialidade dos modos pelos quais *Pontes e Lacerda* é dita enquanto cidade. No entrecruzamento do discurso sobre o nome da cidade, da circulação desse nome no filme em *Os Matadores*; dos sentidos que se espacializam pelo viés da nomeação de ruas e avenidas com nomes de estados brasileiros e pelo viés do discurso da *felicidade*; a cidade para o turismo pelo viés do discurso ecológico e/ou do discurso sobre a festa de rodeio local - nossa análise aponta que tais discursividades estão postas para invenção/reinvenção de *Pontes e Lacerda*, dando a ver, a sentir e a dizer o espaço da cidade.

A invenção é algo posto. As regularidades discursivas apontam gestos de interpretação em que se instaura a interdição de sentidos para uma dada direção e não para outra, ou seja, há uma organicidade de sentidos para interpretação sobre a cidade. Como vemos, essa organização se dá pela intervenção do Estado, a qual se materializa em diversas formas de produção de sentido, no modo de dizer o nome da cidade, no nomear as vias públicas, no modo

de dizer o cidadão, dizer a cultura e dizer do espaço, fazendo lembrar e, ao mesmo tempo, fazendo esquecer. Ou seja, o Estado intervém com toda força político-administrativa no que pode e deve ser dito.

Ao olhar para a historicidade, vemos que a cada gesto de invenção sobre *Pontes e Lacerda* algo fica achatado ou silenciado. Os dizeres sobre a cidade nos parecem como incessante reinvenção. A cada dizer, há gestos administrativos para dizer sujeito/espaço/sentido pontes-lacerdense. O que significa o gesto de (re)invenção que não cessa?

Pelo que podemos perceber a partir de nosso dispositivo de análise, a questão da invenção está desencadeada já no discurso sobre nome *Pontes e Lacerda*. Fazer lembrar apenas de uma memória de urbanização em que põe o Estado no centro do processo de organização da cidade silencia outras memórias constitutivas²³. No modo como as discursividades são praticadas nos espaços institucionalizados, as singularidades constitutivas do processo de urbanização que sustentariam a fundação de *Pontes e Lacerda* estão achatadas e/ou silenciadas. Discursivamente, diríamos que a invenção e reinvenção são injunções que buscam ancorar a falta, pois o discurso do Estado não toca o real da cidade. Nessa condições, por existir a invenção que se põe como “fundadora”, há a necessidade da reinvenção, sintoma do movimento na língua e na história em que se busca de sentidos que singularizem sujeito/espaço/sentidos pontes-lacerdense.

²³ Assim como analisamos no capítulo 1 de nosso trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história.** Bauru, SP: Edusc, 2007.

_____. **A invenção do Nordeste e outras histórias.** 3 ed. – Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo; Cortez, 2006.

Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos. Coordenação Rachael Trailer . Lúcia Helena Manzochi. São Paulo: Gaia. 1996

ALCALÁ, Carolina Rodrigues. **Entre o espaço e seus habitantes.** In: **Para uma enciclopédia da cidade.** SP: Pontes, Labeurb/Unicamp. 2003 (p. 65 – 82).

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana;** tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios.** Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. **A semântica e o corte saussureano: Língua, Linguagem, discurso.** In: BARONAS, Roberto Leiser. (org) **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.** Pedro & João Editores. São Paulo, SP – 2007.

HENRY, Paul. **A história não existe? IN: Gestos de leitura: da história no discurso/** Eni P. Orlandi (org.) [ET AL.]. 3 ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

LACAN, J. **O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958).** Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1999. *Apud:* HOYER, Cristina. **Nome-do-pai na instituição.** Dissertação de mestrado. Universidade Veiga de Almeida. 2008.

LAGAZZY, Suzy. **Limites em movimentos.** In: **Escritos: percursos sociais e sentidos na cidade.** nº 1, NUDECRI, Campinas, SP, 1996

_____. **Deixar a cidade. Vir para a terra. O discurso urbano em movimento.** In *Rua*, nº 5 Nudetri, Campinas, 1999.

_____. **As ocupações dos sem-teto na discursividade na/da cidade.** In. **Cidade atravessada.** Campinas. Pontes, 2001.

_____. **Recorte significativo na memória.** In: Freda Indursky; Maria Cristina Lenadro Ferreira; Solange Mittmam (orgs.). (Org.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras.** São Carlos: Claraluz, 2009, v. 1, p. 67-78.

LE GOFF, Jaques. **O apogeu da cidade medieval.** Tradução Antonio de Pádua Danes. – São Paulo: Martins Fontes, 1992 – (O Homem e a história).

MALUF-SOUZA, Olímpia. **Vozes urbanas: gestos de pertencimento nos espaços de simbólicos da cidade.** Campinas: [s.n.], 2004

MARIANI, Bethânia. **Pontuando sentidos em trânsito.** In: **Escritos: Percursos Sociais e Sentidos nas Cidades.** nº 1, NUDECRI, Campinas, 1996.

MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da. **O ambiente no discurso jurídico da política pública urbana no Estado de Mato Grosso.** Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp-SP, 2009.

NUNES, José Horta. **Janelas da cidade: outdoors e efeitos de sentidos.** In: **Escritos: ver e dizer.** nº 2, NUDECRI, Campinas, 1996.

_____. **Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade.** In *leitura e os leitores.* Pontes, Campinas, 1998.

_____. **A leitura no espaço urbano: outdoors, faixas e pichações.** Labeurb, NUDECRI/Unicamp, 1993.

OLIVEIRA, Tatiana. **A origem e a atualidades dos rodeios: De ritual religioso a uma das maiores manifestações culturais do interior.** Livrevista, Edição 83, ano 8 novembro de 2011. Disponível em <http://www.livrevista.com/article.php?id=1380> Acessado em 18/01/2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio.** Ed. Unicamp, Campinas. (1993).

_____. (org) **Discurso Fundador: a formação de um país e a construção da identidade nacional.** Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____. **O efeito do verbal sobre o não-verbal.** In: *Rua: Revista do núcleo de desenvolvimento da criatividade da UNICAMPI – NUDECRI.* Campinas, SP, número 1, março de 1995.

_____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **A desorganização cotidiana.** In: **Escritos: percursos sociais e sentidos na cidade.** nº 1, NUDECRI, Campinas, SP, 1996.

_____. **Paráfrase e Polissemia: a fluidez nos limites do simbólico.** In: **RUA, Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI –** Campinas, SP, n.º 4, março 1998.

_____. **N/o limiar da cidade.** In: **RUA: Revista do núcleo de desenvolvimento da criatividade da UNICAMPI – NUDECRI.** Campinas, SP, número especial, julho 1999.

_____.(org) **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço.** Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.

_____. **Cidade dos sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** – Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2008.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos** – São Paulo. 8 ed. Pontes, 2009.

_____. **Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas.** Campinas, Editora RG, 2011.

_____. **Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas.** Campinas, editora RG, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli; GUIMARÃES, Eduardo; E. & TARALHO, F. **Vozes e Contrastes.** São Paulo: Cortez, 1989 *Apud PAYER, M. Enice. Desfocando imagens urbanas sobre o campo na enunciação em enciclopédia.* In: **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.

OS MATADORES. Direção: Bento Brant e Renato Bulcão. Intérpretes: Murílio Benício; Chico Diaz; Wolney de Assis; Maria Padilha; Stênio Garcia e outros. Roteiro: Beto Brant; Fernando Bonassi; Victor Navas e Marçal Aquino. (baseado em conto de Marçal Aquino). [S.I.]. Drama Filmes/Riofilmes, 1997.

PAYER, Onice M. **O rural no espaço pública.** In. **Cidade atravessada.** Campinas. Pontes, 2001.

_____. **Desfocando imagens urbanas sobre o campo na enunciação em enciclopédia.** In: **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.

PAULA, Silvana G. de. **Quando o campo se torna uma experiência urbana: o caso do estilo de vida country no Brasil.** IN: **Estudos Sociedade e Agricultura, 17, outubro de 2001:** 33-53. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezessete/silvana17>. Acessado em 18/01/2012.

PFEIFEFER, C. **Cidade e sentido escolarizado.** In. **Cidade atravessada.** Campinas. Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, Inversões e Deslocamentos.** Trad. de José Horta Nunes. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos (19).** Campinas: Unicamp, 1990, p. 7-24.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução: Eni Orlandi – 5 ed. SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio:** tradução Eni Pulcinelli Orlandi ... et al. 4ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *Análise Automática do Discurso (AAD -69)*. In : **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**/ organizadores Francoise Gadet; Tony Hak; Tradução Bethânia S. Mariani ... [et ed. al] – SP: Editora Unicamp, 2010. (p. 59 – 159).

_____. *Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso*. In: **Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados**: Eni Puccinelli Orlandi – Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

_____. FUCHS, Catherine. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975) in: Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**/ organizadores Francoise Gadet; Tony Hak; Tradução Bethânia S. Mariani ... [et ed. al] – SP: Editora Unicamp, 2010. (p.159-251).

SILVA, Elias. **Cidade, território e rede na modernização agrária do Brasil e a abordagem sobre Mato Grosso**. In: Revista ACTA Geográfica, ANO IV, Nº8, jul./dez. de 2010, pp.39-56.

SILVA, Jovam Vilela. **Um breve relato da formação populacional. (século XVII ao XX)** – Cuiabá: KCM, 2006.

SILVA, Marisa Vieira. **Espaços urbanos – Espaços da Escrita**. In: **Escritos: Escrita, escritura, cidade (I). nº 5, NUDECRI**, Unicamp, 1999.

SILVA, T. D. **O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva**. In: Célia T. Serrano; Heloísa T. Bruhns. (Org.). **Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1997, v. , p. 141-150.

_____. **A empresa do meio ambiente**. In: **IV Encontro Internacional Saber Urbanogiros na Cidade**, 2004. Giros na cidade, 2004.

SINDICATO RURAL de Pontes e Lacerda. 15ª Expoeste. Produção: Emotiva Comunicação. 2007. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2MLivtds7-Y>. Acessado em 10/01/2012.

_____. **16ª Expoeste**. Produção: Emotiva Comunicação. 2008. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=31S04E7HQNQ&feature=plcp&context=C3fd434eUDOEgsToPDskLQoy-jEWqDX7OXBH3qq2ZZ>. Acessado em 01/01/2012.

_____. **17ª Expoeste**. Produção: Emotiva Comunicação. 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=NJui1wKvupk>. Acessado em 10/01/2012.

VEJA. **Pontes e Lacerda**. EDITORA ABRIL. Edição 2130 – ano 42, nº 37 – 16 de setembro de 2009.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. **Cidade e discurso – paradoxos do real, do imaginário, do virtual**. In: **Rua: Revista de Desenvolvimento da Criatividades da Unicamp – NUDECRI**. Nº 4. p. 39 – 54. Campinas, SP, março de 1998.

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida**. IN: **O Fenômeno urbano**. Tradução de Maria Correa Treuherz. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1973.

<http://www.ponteslacerda.mt.gov.br/Historia-do-Municipio> Acessado em: 10/01/2011.